



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sr.ª FLORINDA NEGROZOLLI KLOSTER, ocorrido nesta Capital, no dia 24 próximo passado. A extinta era esposa do Senhor JOSÉ ELÓI GASPAS KLOSTER.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada, através do endereço: Rua Júlio Pernet, n.º 183, Curitiba.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1979.

(a) VALDUGA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de aplauso ao Presidente João Baptista Figueiredo pelo Projeto da Anistia, sancionado no dia 27.08.79.

Outrossim, requer, que do presente se dê ciência aos responsáveis.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1979.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Apoiamento: Renato Bueno, Rosário Pitelli, Erondy Silvério, Tadeu Lúcio Machado, Gilberto Carvalho, Valduga e

Fabiano Braga Côrtes.

JUSTIFICATIVA:

A Nação se reconcilia pelo Projeto da Anistia aprovado pela maioria do Congresso e sancionada pelo Presidente Figueiredo. As promessas estão sendo todas cumpridas. Resta-nos agora participarmos do atual processo democratizante, levando à frente bandeiras construtivas.

Muitas vezes sonhamos com algo impossível e não aceitamos aquilo que é possível.

O Projeto da Anistia aí está aprovado, muitos dos punidos estarão voltando para participarem dos destinos da nossa Pátria sem revanchismo, é o que esperamos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, na qualidade de Líderes das Bancadas do MDB e da ARENA, com assento nesta Casa, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que as sessões ordinárias dos dias 3, 4, 5 e 6 do próximo mês de setembro, sejam destinadas aos trabalhos das Comissões Técnicas, isto em razão do grande número de matérias que estão a exigir pareceres naqueles órgãos técnicos deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1979.

(aa) NILSO SGUAREZI — Líder do MDB

ERONDY SILVÉRIO — Líder da ARENA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que determine à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, providência no sentido de ser estendida a gratificação de produtividade instituída pelo Art. 1.º da Lei n.º 6.569, de 25/06/74 aos Professores da Série de Classes do Quadro Próprio do Magistério Público do Estado, detentores de diploma de curso superior, inclusive, incorporando a referida gratificação aos proventos de inatividade, no caso de futuras aposentadorias.

Tal apelo se faz em razão da exclusão dos Professores detentores de diploma de nível superior, aos benefícios acima referidos, e que são dados aos demais funcionários portadores de diploma de nível superior, ocasionando condenável e injusta discriminação a uma classe que merece a maior das considerações.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência às Associações de Classe dos Professores, bem como ao Conselho de Representantes do Magistério e, com isso, o arquivamento do Projeto de Lei de sua autoria de n.º 96/79, cujo teor versa sobre o mesmo assunto, por ser o mesmo inconstitucional.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que aquela Secretaria determine a transferência ao Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação do trecho da estrada que liga Coronel Vivida-Jacu-

tinga a Abundância ao Município de Manguaí, com ligação a Palmas e Clevelândia.

Tal apelo se faz, em face dos reclamos da laboriosa população do Sudoeste de nosso Estado, e em razão do fluxo de trânsito daquela importante rodovia. Segundo pesquisa realizada, conforme comunicado do Senhor Prefeito Municipal de Coronel Vivida em ofício de 14 do corrente, cuja fotocópia anexamos, no período de 72 (setenta e duas) horas, transitaram pela estrada um total de 903 carros sendo 312 caminhões, 423 automóveis, 148 caminhonetes e 20 ônibus. Por este fluxo pode-se perfeitamente deduzir a importância da sua conservação, e que importará numa medida em prol da economia de nosso Estado, na região da importância econômica face à produção madeireira e agrícola.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, apelo no sentido de que aquela autoridade determine providências para a construção de uma ponte sobre o Rio Palmital, na estrada municipal que liga os Municípios de UNIÃO DA VITÓRIA a CRUZ MACHADO, nas proximidades das Indústrias ARI CARNEIRO.

Embora a estrada acima citada seja municipal, encarecemos à Secretaria dos Transportes para que tome as devidas providências, pois a referida ponte há mais de um ano encontra-se em precaríssimas condições, transformando-se num permanente perigo aos usuários daquela rodovia, pois a mesma poderá ruir de uma hora para outra, podendo provocar uma verdadeira catástrofe, com a perda de preciosas vidas humanas, bem como ocasionando prejuízos incalculáveis ao escoamento da abundante produção agrícola, que inevitavelmente advirão caso não seja providenciado, com urgência, a construção de uma nova ponte.

Tal atribuição poderia ser conferida ao 4.º Distrito Rodoviário Estadual, sediado em União da Vitória, que contaria ainda, com o apoio e a colaboração dos Municípios de UNIÃO DA VITÓRIA e CRUZ MACHADO.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores General JOÃO FIGUEIREDO, Presidente da República e ELISEU REZENDE, Ministro dos Transportes, sugerindo a construção de terminais ferroviários nas localidades de MARINGÁ, LONDRINA, GUARAPUAVA, DISTRITO DE MAUÁ, MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA DO SUL, e ainda a viabilidade de construção desses terminais em SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, CIANORTE e UNIÃO DA VITÓRIA.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

1 - Na gestão do Governador JAYME CANET JÚNIOR, o Paraná teve aumentada a sua rede de estradas asfaltadas em mais de quatro mil quilômetros, estradas estas que, por suas características, poderão ser incluídas todas como rodovias alimentadoras.

2 - A construção da Rodovia da Soja, cujo projeto está ainda em fase de estudo, levará, até o final da obra, longos anos de espera.

3 - A construção de terminais ferroviários nas localidades mencionadas, mesmo após a construção da FERROVIA DA SOJA, terá suas finalidades redobradas, pois, além de aliviar o volume do tráfego nas principais rodovias do Paraná, estaria perfeitamente entrosada com os objetivos governamentais de economia de combustível.

4 - A construção dos referidos terminais levaria pouco tempo e ainda colocaria em funcionamento a "FERROVIA CENTRAL DO PARANÁ", hoje quase que totalmente ociosa.

Enfim, com a construção dos terminais ferroviários, haveria, conseqüentemente, a construção de armazéns e silos, para recebimento dos produtos agrícolas daquelas regiões que, através das Ferrovias Central do Paraná, do Norte Pioneiro e da futura Rodovia da Soja, não somente estaria sendo alimentada a exportação pelo Porto de Paranaguá, mas também, os grandes centros de consumo.

Por outro lado, as rodovias estariam cumprindo com o seu real papel, cuja primordial finalidade é alimentar as ferrovias, que constituem um meio de transporte muito mais econômico, e não como vem ocorrendo atualmente, quando ferrovias e rodovias são construídas uma ao lado da outra, desempenhando um papel ridiculamente competitivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, solicitando sua interferência junto aos Excelentíssimos Senhores Juizes de Direito das Varas Cíveis das Comarcas de Jacarezinho e Cornélio Procopio, no sentido de não permitirem a presença de policiais, desta última cidade, no serviço de demarcação de terras que está sendo efetuado no Município de Sertaneja, sob a alegação de que ali estão, por determinação judicial, quando isto não é verdade, conforme informação prestada pelo próprio Juiz de Direito de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES,

Apoio: - Valduga.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Secretário da Educação, Sr. Edson Machado, solicitando que sejam realizados estudos objetivando a implantação do curso de 2.º grau na Escola Nossa Senhora Aparecida, localizada na Vila São Pedro, em Curitiba, onde estudam cerca de quatrocentos alunos, solicitando, também, que a Secretaria da Educação assine convênio com o Colégio La Salle, localizado no Pinheirinho, para a implantação do curso de 2.º grau, a exemplo do convênio já assinado para o curso de 1.º grau.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

Preocupa-nos muito a situação educacional dos alunos que freqüentam o curso de 1.º grau nos dois estabelecimentos escolares acima citados. São centenas de alunos que, ao concluírem o 1.º grau, se vêem impossibilitados de continuarem seus estudos por não terem condições, mais especificamente, pela ausência de cursos de 2.º grau naquelas áreas da cidade. A maioria dos alunos, pela falta de condições, até mesmo de ordem econômica, para se deslocar para outras escolas, em outros bairros, simplesmente abandonam os estudos. Não pode o Poder Público permitir que essa situação se perpetue. É dever do Estado, e isto está assegurado nas Constituições, proporcionar meios e amparo ao ensino e à cultura.

Por isso, entendemos que o Poder Público não pode ficar indiferente ao problema que estamos levando ao conhecimento do Senhor Secretário da Educação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Senhor Governador do Estado, Ney Braga, solicitando a implantação da Delegacia Distrital no bairro do Pinheirinho.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

O bairro do Pinheirinho é um dos mais populosos de Curitiba e face à concentração de indústrias na Cidade Industrial, o número de habitantes naquela região se avoluma, trazendo, em consequência, uma gama de problemas de toda a ordem. Lá se mesclam famílias de todos os níveis, pessoas de diversas naturalidades, à busca de alguma atividade. É lá, também, que ocorre os mais altos índices de criminalidade de toda a Grande Curitiba e a falta de uma Delegacia Distrital, para o atendimento à uma extensa região, propicia a proliferação e até facilita a ação dos marginais. Há, inclusive, para se identificar melhor a ação dos marginais, um registro: a residência de um Secretário de Estado já foi arrombada nove vezes. A nossa reivindicação, ao Senhor Governador Ney Braga, se reveste da máxima importância e mais do que isso, é uma aspiração da população do bairro do Pinheirinho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando as suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios da Educação, solicitando a regularização dos vencimentos de professores suplementaristas que estão sem receber há mais de 5 (cinco) meses, sob a alegação de que várias direções de estabelecimentos escolares não teriam enviado, em tempo hábil, as propostas de aulas suplementares. Tal fato vem provocando uma situação desesperadora e sendo responsável pela instabilidade a que foram lançados centenas de professores, comprometendo o rendimento didático pedagógico de seu trabalho profissional, além de constranger, seriamente, a normalidade de suas vidas familiares.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI e
DEL CIEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor Geral da Justiça, solicitando-lhes a criação dos Distritos Judiciários de LINDOESTE e JUVIANÓPOLIS, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cascavel é conhecido em todo o Brasil pela sua pujança, constituindo-se no centro de desenvolvimento do Oeste paranaense.

Todavia, em que pese esse progresso, que lhe valeu o título de "Capital do Oeste", os atendimentos das serventias de justiça são precários naquela comarca.

A criação desses dois distritos judiciários viria propiciar à população local um atendimento mais cotidiano, pois os interessados não precisariam descolar-se quilômetros e quilômetros

até a sede da comarca para a regularização de seus documentos.

A produção agrícola, dependendo de financiamentos procedidos por estabelecimentos de crédito, para os quais geralmente são exigidas documentações elaboradas em cartórios, seria beneficiada com a criação desses novos distritos judiciários.

Por outro lado, a época parece-nos oportuna para apresentação dessa sugestão, pois, o atual Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado está praticamente obsoleto. e com seu prazo quinquenal prestes a vencer, devendo receber adaptações decorrentes da implantação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Assim, na oportunidade da elaboração de novo Código, essa justa reivindicação de grande parcela dos Municípios de Cascavel, poderia ser atendida pelas autoridades representativas do Poder Judiciário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no Jornal "GAZETA DO POVO", edição de hoje, sob o título "ENTIDADES POLICIAIS DO PARANÁ ESTÃO REIVINDICANDO MELHORIAS SALARIAIS".

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não vi na grande imprensa do País, hoje, nenhuma alusão à Ferrovia da Soja, apesar de ter grande destaque na imprensa local, que procura viabilizar a conscientização de toda a sociedade paranaense para o grande empreendimento que se convencionou chamar a Ferrovia da Soja.

O Oeste e o Sudoeste do Paraná, acalentam este sonho que vem sendo cultivado há mais de duas décadas e que agora parece despertar com a apressada movimentação das autoridades, derivada, evidentemente, da chamada "crise do petróleo".

É a implantação do sistema ferroviário que liga o Litoral ao Extremo-Oeste e Sudoeste do Estado, cujo complexo agropecuário representa a maior estrutura econômica do Estado, chegando a produzir cerca de trinta por cento de soja, mais de quarenta por cento de trigo do Paraná e cerca de dezoito por cento de milho de todo o Estado. E o volume global de benefícios que esta Ferrovia oferecerá à Nação é tão expressivo, que ninguém bem avisado hoje, seria capaz de avaliar os seus efeitos nos campos econômico e social do País. Mais do que isto, será fonte geradora de larga economia no setor de transporte, sem contar com a ativação dos setores primários de produção, limitando inclusive, e principalmente, o custo final dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade, além de motivar a implantação de um pólo industrial no extremo-Oeste, capitalizando a radicação de empresas de vários setores produtivos e industriais.

Com ela, podemos oferecer alternativas principalmente aos dois países limítrofes do chamado eixo-sul, que são: Paraguai e Argentina, na exportação de seus produtos, através do Porto de Paranaguá e Antonina, gerando assim, uma economia também no setor de transportes para o Estado do Paraná e para o Brasil.

Esta ferrovia equacionará, sem dúvida, toda uma área de influência, exigindo a agilização de sistema de rodovias alimentadoras, compatíveis com um programa apressado e

montado, no intuito de trazer um progressivo aumento na produção que extrapola não só o Paraná, mas alcança Estados estrangeiros e, sobretudo, o Sul de Mato Grosso do Sul, beneficiando cerca de cinco milhões e duzentos mil habitantes deste complexo do Oeste e deste complexo da Bacia do Prata.

Por outro lado, Sr. Presidente, é forçoso posicionar a significação e a necessidade desta ferrovia, ramificar em Cascavel, ou melhor, bifurcar em Cascavel, mais uma derivação ou mais uma ponta de lança, a partir de Cascavel, ligando com o Mato Grosso do Sul, passando por Toledo, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra e alcançando depois Mato Grosso do Sul.

Cremos que esta é uma posição que políticos e líderes de todas as áreas do Paraná não podem abdicar, sob pena de comprometer-se com o futuro de nossa História e desestabilizar o destino de liderança sócio-econômica, que está reservado para o Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Sempre a política como a arte de conciliar; como entendido o político, principalmente aqueles que têm montado, emanado do povo, escolhidos pelo voto universal e secreto, como um altruísta. Que colabora, na medida do seu talento, para a construção de uma sociedade mais justa. Por isso não entendo o político que se presta à demagogia, como também não entendo aqueles que se valem muitas vezes até de um cadáver, para atingir os seus objetivos.

Me repugna por isso também, a nota "Manchete de Hoje", do Jornal "Frenteira do Iguaçu", que diz:—"Deputado Garante. Jaci Miguel Scanaghatta vai deixar a Prefeitura. O Líder do Governo na Assembléia Legislativa, Erondy Silvério, diz que Jaci será afastado hoje, da Prefeitura da Cidade de Cascavel.

Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, às vezes, embora a violência que nós sempre condenamos, chega-se até a duvidar, se não teriam razão, sobejo, aqueles que perpetraram tão hediondo crime, porque parece que a linha desse jornal, é a chicana, é a calúnia, é a vilania, porque não sei de onde os responsáveis pelo Jornal "Frenteira do Iguaçu", tiraram esta notícia. Mesmo porque não sou policial, não posso avaliar, não posso anteceder a culpa de um ser humano. Para mim todo o homem é inocente até que se prove a sua culpabilidade. Não tenho procuração e nem o faria, se tivesse, a defesa do Prefeito de Cascavel. Mas também não posso acusá-lo, não posso participar daqueles que o incriminam antecipadamente; aqueles que o julgam mandante de um crime. Como também condeno o Sr. Diretor da Polícia Civil, pela sua precipitação, ao dar uma entrevista, deixando perceber nas entrelinhas, a culpa do Prefeito de Cascavel, no crime lá ocorrido. Para logo em seguida, desmentir a entrevista. Acho que a vida humana merece respeito; tanto do bom, como do ruim, tanto do criminoso, como do santo. A vida humana é um dom de Deus, é uma dádiva de Deus, por isso mesmo nós devemos respeitá-la até o limite da nossa possibilidade. Então não estou ao lado, não formo ao lado daqueles que culpam antecipadamente o Prefeito como mandante de um crime, como também não sou contrário àqueles que o acusam. Apenas, não quero envolver-me num problema que não me diz respeito; num problema que não diz respeito nem ao povo do Paraná, mas a meia dúzia de demagogos políticos, que se valem até de um cadáver, para tirar frutos políticos de uma situação lastimável em si própria.

Por esta razão, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, me repugna e repudio a nota do Jornal "Frenteira do Iguaçu". Jamais fiz declarações dessa natureza, porque se as tivesse

feito, as teria confirmado. Porque não sou homem de engulir o que disse.

Estes esclarecimentos precisava dar à Casa, à opinião pública, e também como uma prova de respeito à pessoa humana, tão duramente atingida, sem ainda estar provada a sua culpabilidade, como foi a do Prefeito Jaci Scanaghatta.

O SR. FIDELCINO TONENTINO — (Questão de Ordem) —

Sem querer, naturalmente, entrar no mérito da questão elucidada pelo Deputado Erondy Silvério, que se referia à política dos políticos, que estão explorando. Espero sinceramente que esses "políticos" não se refiram à minha pessoa. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que não cabe questão de ordem.

O SR. FIDELCINO TONENTINO — Peço desculpas, então.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez, Sr. Presidente, mais uma vez, Srs. Deputados, estamos nesta tribuna para falar sobre o problema Braskraft.

Este problema, Sr. Presidente, Srs. Deputados, envolve uma região que espera pelo seu desenvolvimento. O que nós queríamos, neste instante, é fazer um apelo para os homens responsáveis pela ecologia, os homens que têm grande responsabilidade e procuram dar guarida à ecologia do Paraná e do Brasil.

Mas, também, queremos fazer uma observação e um apelo até; que não se faça uma injustiça ao Paraná; que não se faça uma injustiça ao Norte Pioneiro, estribado numa falsa hipótese de ecologia, cerceando o Paraná de ter uma das melhores e mais modernas fábricas de papel que há de se instalar no Brasil.

E nós, como representante de uma parcela do Norte Pioneiro, conforme já dizíamos nesta tribuna, não podemos ver repetir-se no Paraná o que aconteceu em São Paulo, homens estribados por uma falsa ecologia e talvez até por pensamentos escusos, deixaram que não se instalasse uma fábrica, e foram os responsáveis para que aquela região de Angatuba, uma região de grandes latifundiários, no interesse de cercear o progresso da região, e para lá não foi a Braskraft.

Que não se repita isso no Paraná, porque haverá de vir a esta tribuna novamente, denunciar os homens que não querem o progresso de nossa terra e de nossa gente; os homens que pedem tudo ao Estado e cerceam o Estado de receber dinheiro, receber divisas de impostos que vai trazer e que há de trazer essa fábrica que é o progresso de nossa terra.

A Braskraft, digo, sem medo, seria a redenção daquela região do Vale do Itararé. Seria a redenção da região do Norte Pioneiro, de uma das terras mais áridas, quando o reflorestamento é a única solução, e onde o fabrico de papel é a solução para dar serviço aos Bóias-frias de nossa terra; é a solução para não vermos o êxodo vir à Capital; para não vermos os homens de mãos calosas ficarem marginalizados e seus filhos terem que se tornar marginais nas capitais e nas grandes cidades.

E é para isso, e é por isso que o Governador Ney Braga quer fixar o homem no seu próprio "status". E é por isso que haveremos de lutar, e é por isso que pediria a essa Comissão de Ecologia da Assembléia Legislativa que olhe com carinho que não faça demagogia, que olhe com carinho os dois lados, para os dois versos da medalha. Porque a medalha tem o verso e o reverso.

Não podemos, de maneira nenhuma, tolher essa região de se beneficiar com esse grande empreendimento, com esse complexo papeleiro, que há de ser um dos mais modernos do Paraná.

E é por isso que talvez alguém ache que estamos subsidiados pela Braskraft. Mas quero dizer ao meu povo que esta-

mos subsidiados apenas pelo povo. Temos obrigação de defender, pedir e até denunciar os que não querem o progresso de nossa terra, a pretexto de uma falsa orientação e de um falso pensamento da ecologia.

A ecologia não será prejudicada, porque essa grande e moderna fábrica que será instalada em nossa região, tem os mais modernos complexos anti-poluíntes.

E é por isso que pediria, mesmo sem fazer parte da Comissão de Ecologia desta Casa, que olhasse com carinho, olhasse, não de forma bitolada, não como fizeram os políticos de São Paulo, que impediram a instalação, lá, daquela fábrica.

E nós, homens do Paraná, governo arejado com um secretariado com os olhos voltados exclusivamente para o bem-estar de sua erra, estamos procurando trazer esta fábrica, para dar ao Paraná, para dar ao Norte Pioneiro, para dar aos homens de minha terra, os homens que andam, muitas vezes, esfarrapados por falta de serviço, oportunidade de trabalho.

Seria um crime, Sr. Presidente, seria um crime, Srs. Deputados, seria um crime hediondo, povo de meu Paraná, não deixarmos instalar essa fábrica em nosso Estado.

Haveremos de lutar até o último esforço para que essa fábrica se instale em nossa região, para que possamos ver aquelas crianças carentes ter mais um pouco de alento, ter os seus medicamentos, seus pais verem afluir a alegria na face de seus filhos que estão marginalizados. Porque os chamados bóias-frias clamam por justiça, clamam por trabalho.

Faço este apelo, neste instante, aos homens da Ecologia: olhem com sentimento, olhem com o coração e, principalmente, olhem com tirocínio administrativo.

Muito obrigado. *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Começamos a levantar este problema da Braskraft, aqui nesta Assembléia, e temos recebido algumas injustas colocações dizendo que estamos usando de emocionalismo.

Acredito que emocionalismo está naqueles que defendem a instalação da Braskraft da maneira como ela está se processando. Porque, todas as vezes que se fala desse assunto, colocam o problema do desemprego, como acaba de colocar o Deputado arenista, mais uma vez, através da tribuna.

O que acho engraçado é o seguinte: neste País, milhões de brasileiros foram lançados à fome, ao desespero, à miséria, à desesperança, ao desemprego, exatamente pelo tipo de política econômico-financeira que foi instalada aqui pelos detentores do poder. E agora, absurdo dos absurdos aparece essa empresa como salvadora de uma parcela da população brasileira, quando o problema não é esse. Esses problemas de bóia-fria, fome, miséria, serão resolvidos quando mudarmos o modelo econômico brasileiro e o emocionalismo que usam aqueles; e diria mais ainda, não chega somente a ser emocionalismo. Passa o degrau do emocionalismo para chegar ao degrau do chantagismo; porque nós da Oposição, aqueles que estão defendendo a instalação de firmas de maneira correta, defendendo o meio ambiente, estamos sendo acusados de sermos homens que estamos evitando a criação de empregos; nós estamos evitando que amanhã, os brasileiros possam ter o sustento, através da instalação dessa firma aqui no Paraná.

Mas gostaria de trazer a esta Casa também, uma notícia que está aqui na "Folha de São Paulo", do dia de hoje: "A instalação da indústria de papel e celulose Braskraft, no Município de Angatuba, nas margens do Rio Paranapanema, e que acaba de ser definitivamente condenada pelo Governador Paulo Maluff. Ontem, ele sancionou com vetos parciais, um projeto de lei que proíbe a instalação e funcionamento da indústria de alto risco poluidor na bacia de drenagem desse rio, desde as suas cabeceiras, até a barragem da represa de Jurumirim."

Para alguns ecologistas, o veto parcial do Governador, torna a lei muito restrita e discriminatória, pois abrange apenas uma região do Estado e um tipo de indústria, e por falar nessa indústria, está se dizendo que ela criaria seis a sete mil empregos e nós já sabemos que isso não condiz com a verdade, porque, juntamente com o Deputado Deni Schwartz e José Tavares, estivemos numa reunião dos agrônomos do Paraná, e lá se encontravam os proprietários da Braskraft que disseram que não serão criados esses seis a sete mil empregos que estão dizendo. Simplesmente seriam criados no pico, no auge das atividades desta empresa, dois mil empregos divididos entre o Estado de São Paulo e o Paraná, porque também essa firma, tendo propriedade no Estado de São Paulo, de lá se tiraria a madeira, para então ser trabalhada nessa fábrica que seria instalada no Paraná.

Dúvidas as mais profundas existem a respeito desse assunto de emocionalismo não somos nós que também estamos cansados de ouvir aquilo que ouvimos durante todos os anos: que o desmatamento, por exemplo, que se processava no Noroeste do Paraná não provocaria danos ao meio ambiente e hoje o que nós vemos: Uma região toda está com o seu solo prejudicado, corroído, inclusive, causando problemas até na represa de Itaipu, pela corrosão que irá provocar naquela obra.

Portanto, Sr. Presidente, queremos, para finalizar, já que o tempo está se esgotando, dizer que o Presidente da ADEVAP acha que através dessa legislação se conseguiu afastar uma ameaça premente, que seria a instalação da Braskraft, embora ela já tenha divulgado a sua intenção de funcionar no Paraná. Disse que essa proibição não deixa de ser uma conquista, embora afirme que a população do vale vai continuar lutando, pois acredita que a ameaça à região de tendência agrícola, não se resume à indústria de papel e celulose.

Portanto, se o povo paulista está se rejubilando com essa notícia da proibição da Braskraft, com os atuais projetos que ela possui, o risco passa a ser de nós outros aqui no Estado do Paraná, que devemos ter a obrigação de continuar essa luta, para que se a empresa amanhã, realmente se instalar aqui, faça essa instalação sob condições técnicas, que não faça com que o meio ambiente seja prejudicado.

Muito obrigado. — *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Vereador Pedro Leal Machado, de Clevelândia, bem como do Senhor Jarcelino Ampesan, ex-Prefeito de Capanema.

A Mesa, dando cumprimento ao artigo 1.º, do § 2.º, da Resolução n.º 23/69, marca Sessão Extraordinária, para amanhã, dez minutos após a Sessão ordinária, para comemoração da semana da Pátria.

Solicito dos Senhores Líderes que indiquem os Senhores Oradores oficiais à referida Sessão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna apenas para saudar aqui a presença, alguns aqui em plenário, outros no recinto da Casa já se encaminhando, de todos os Membros da bancada da ARENA da Cidade de Londrina, Município do qual eu venho. Inclusive, queria neste momento, ao homenageá-los, homenagear um comportamento que teve esta gloriosa bancada, que em Londrina, sendo Oposição, prestou benefício fantástico ao município quando requereu e obteve a presença do Secretário do Interior a propósito da poluição do lago Iapó, naquela cidade.

A matéria foi tratada com elevação, e a bancada se comportou realmente como quem tem interesse nas coisas do seu município. Daí porque, aproveito esta oportunidade para elogiar o comportamento de toda a bancada, de todos os Vereadores, que sendo minoria souberam contribuir em esclarecimento e em ação, com o compromisso, inclusive do Secretário de agir no sentido de restaurar aquele logradouro público da maior

cidade do Estado do Paraná.

Era só isso, Senhores, e faço deste registro, um ato de homenagem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de apresentar dois requerimentos que já foram lidos pelo 1.º Secretário, gostaria de ler uma entrevista que está na edição de hoje, no Jornal "O Estado do Paraná", na primeira página, cuja manchete diz o seguinte: "Falta lenha para substituir o óleo". E vem depois as palavras aqui, de Presidentes das Cooperativas.

"Se for o caso empreenderemos até uma marcha da agricultura, o aviso foi dado ontem pelo Presidente da COPAVEL, Luiz Cochirolli, depois de garantir que as cooperativas agrícolas do Paraná pretendem esgotar todos os recursos para evitar o corte total do fornecimento de óleo combustível a partir de 1.º de janeiro, conforme decisão do Conselho Nacional do Petróleo. O Presidente da COTRIGUAÇU, Luiz Bertoni, classificou de intempestiva e uma terrível ameaça que paira sobre a agricultura, a decisão do Conselho Nacional do Petróleo, lembrando que o prazo para a reversão das secadeiras é muito curto e que até janeiro o Paraná conseguirá, quando muito, adaptar duzentas das mil e duzentas secadeiras existentes no Estado.

Já o Presidente da cooperativa de Marechal Cândido Rondon, Alfredo Guncker, afirmou que os representantes cooperativistas exigirão em bloco, a solução para o impasse do combustível. Cochirolli da cooperativa de Cascavel diz ainda que a agricultura, importante setor não pode pagar pelos descertos e imprevidências da política brasileira, que há quatro anos fornecia dinheiro a fundo perdido para indústrias de cimento, para substituir o carvão mineral pelo óleo combustível. E que agora exige, em cinco meses, que as cooperativas mudem todos os secadores para lenha. Segundo Alfredo Guncker as cooperativas precisam, de pelo menos cinco anos para ir substituindo os motores por fornalhas. E mesmo assim, não haverá lenha para queimar. Assim sendo, o reflorestamento exige mais de cinco anos.

Amadeu Piovezan, dirigente da Cooperativa de Palotina, em telex enviado à COTRIGUAÇU, informou que em toda a área da COPERVALE existem apenas sete por cento de reservas florestais. Além disto, frisou, a COPERVALE tem um saldo devedor dos equipamentos adquiridos para a secagem a óleo, de Cr\$ 8.000.000,00 e precisará investir de Cr\$ 10.000.000,00 a Cr\$ 12.000.000,00, para as alterações pretendidas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez como nós já tivemos a oportunidade de frisar ainda esta semana, mais uma vez a agricultura brasileira, estes homens que há muito tempo, desde o século passado, quando ainda no ciclo da borracha, depois o ciclo da cana-de-açúcar, depois o café, algodão, e hoje o soja, desde há muito tempo vivem carregando a economia brasileira nas costas, suportando todos os encargos desta Nação, não só com a responsabilidade grande que têm de alimentar esta Nação, mas principalmente, de fornecer a maioria dos dólares necessários para a aquisição, lá fora, do próprio petróleo que o Brasil importa hoje.

E agora, a agricultura, mais uma vez, repito, vem como armazém de pancada, como se fosse ela, a agricultura, a responsável por toda a situação econômica que atravessa o Brasil hoje; como se fosse a agricultura brasileira, a responsável pelo aumento do petróleo no Iraque, na Arábia Saudita, em todos os países produtores de petróleo fora do País; como se fosse a agricultura brasileira, a responsável pela crise que se deu no petróleo, em 1.973 e que até hoje a PETROBRÁS não procurou

ou não fez muita questão de procurar, alternativa satisfatória para amenizar aquela crise que advinha. Quando todo o poder político desta Nação vinha às tribunas das Assembléias, do Congresso Nacional, do próprio Senado, aventando com a possibilidade, e que hoje é realidade, da dificuldade que o Brasil atravessaria, disse esta semana aqui, e torno a repetir, é muito fácil para quem dirige um Conselho Nacional do Petróleo, para quem dirige uma PETROBRÁS, ou para quem está em qualquer órgão, que hoje tem a obrigação de zelar pela economia neste setor no Brasil, que nem gasolina usa, porque têm seus carros de marcas possantes e grandes, com motoristas particulares, que vão buscá-los em suas casas, levá-los para o trabalho, tornam a levar para a casa; é muito fácil para estes, ditarem normas hoje, de se fecharem postos de gasolina aos sábados, de se aumentar a gasolina agora, como se aumentará a partir de segunda-feira a quase Cr\$ 15,00 o litro, quarenta por cento, como se o aumento desta gasolina não fosse repercutir no preço das passagens de ônibus, não fosse repercutir no aumento do custo de vida que o brasileiro hoje, com seu esparso salário, é obrigado a sustentar; como se o aumento fosse exclusivamente na gasolina e nada mais.

É muito fácil, o difícil é buscar, é procurar alternativas. Quando se avizinhou a crise, em 1.973, por que as autoridades brasileiras, deste setor, não se reuniram, não procuraram, realmente, alternativas positivas?

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós estamos, hoje, apavorados; apavorados porque a própria Empresa Brasileira de Turismo, nos jornais de hoje, ainda ajudados pela PARANATUR diz:— que o Conselho Nacional do Petróleo está estudando uma fórmula para que as cidades turísticas deste País possam ter o fornecimento normal de gasolina. E pergunto:— o que é mais importante para este País? Ir a Campos do Jordão ver as suas montanhas? Ir às próprias Quedas do Iguaçu, ver as quedas d'água do Rio Iguaçu? Ir à outras cidades turísticas, como Rio de Janeiro, Salvador, etc., ou é plantar arroz, feijão, milho, soja, trigo, aquilo que sustenta o povo brasileiro, que sem isso eles não entrariam num automóvel, porque não teriam vida. E vem agora em cima da agricultura, do homem rural, sofrido, a dizer que é aí que está o ovo de Colombo; tirando dois a dez por cento de uma faixa de combustível que não chega a cinco por cento no consumo nacional, estaria solucionando o problema energético brasileiro. É mais um crime que se comete contra essa agricultura tão sofrida, que precisaria muito mais de técnicos, de "experts" que olhassem os seus problemas, do que castrar ainda mais este homem produtor, que sofre séculos e séculos neste País, para manter uma economia como vem mantendo até hoje.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que antes de apresentarmos o nosso requerimento, faço um apelo da tribuna desta Casa no dia de hoje, não à bancada do meu partido, a ARENA, mas a todos os Deputados desta Casa, que nos unamos, à nossa bancada de Deputados Federais, indistintamente de cor política, no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, para que façamos uma frente, realmente forte, e exigir que seja dado continuidade a esse programa de distribuição de quotas para o combustível na agricultura brasileira.

Recentemente, os Deputados do Nordeste, deram uma lição aos Deputados do Sul deste País, quando se organizaram em bloco e pressionaram o Governo a atender melhor e olhar melhor o Nordeste brasileiro, senão eles não aprovariam mais nada dentro da Câmara Federal, em Brasília.

Chegou a hora dos Deputados do Paraná, principalmente os do meu partido, de também sentirem que a maioria dos votos que tiveram, vieram desses homens da agricultura e que precisa ser o mais rápido possível, dito em alto e boa voz lá no Congresso Nacional: as angústias, as desesperanças e a inquietude que hoje tem o lavrador do Paraná, se cortarem - realmente essas quotas para a agricultura do nosso Estado, que

não é só para o Paraná, não, é principalmente para o Paraná, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina; principalmente Paraná e Rio Grande do Sul, que serão os Estados onde sofrerão mais ainda.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Ilustre Deputado Lázaro Dumont, sabemos bem das suas posições que têm engrandecido esta Casa, porque realmente, mesmo sendo do partido adversário, raramente Vossa Excelência tem ido à tribuna, a não ser para levantar problemas cruciantes, mesmo que, venham como agora, as posições levantadas, atingir à própria política oficial, em implantação no País.

Mas, aproveito esse instante, nobre Deputado, para dizer efetivamente que os alinhamentos gerais aqui traçados por Vossa Excelência, merecem o nosso pleno acatamento. Nós precisávamos analisar este quadro ora levantado, dentro de toda a situação desse sistema implantado em nossa Pátria.

Final de contas, está aí o Oeste do Paraná, como Vossa Excelência bem definiu, na leitura das notícias que de lá chegam; está lá o Oeste do Paraná, precisando inclusive, num tempo recorde, como no Brasil inteiro, substituir a secagem, pela secagem à lenha. No entanto, também o nosso Oeste do Paraná, maior centro produtor do Estado, não tem mais lenha, porque o próprio programa oficial, o incentivo à destoca desvairada e abrupta, além dos problemas sociais terríveis criados, fizeram com que o dinheiro do Banco do Brasil, e de tantas outras instituições financeiras, oficiais ou privadas, transformassem aquela região num desmatamento incrível, com todos os seus problemas e as conseqüências ambientais hoje existentes. Fizeram-se destocas em todos os meios, não reservando nem aquelas áreas que a lei exige que sejam preservadas e se queimaram todas as árvores e todas as matas e o problema está aí; não temos mais nem agora, o combustível necessário para fazer esse aproveitamento.

Mas, não gostaria de ficar nisso, e dizer do meu integral apoio à posição de Vossa Excelência, de que realmente nós precisamos acabar com a definição da política agrícola e todos os demais setores da vida nacional; acabar com essa decisão que vem de tecnocratas, que nos seus gabinetes acabam fazendo determinações aleatórias, como tipicamente é esta da substituição dos secadores. E aí o petróleo - e nós pretendemos voltar à tribuna numa hora dessas para analisar, que hoje, efetivamente é o bode expiatório, porque o problema é cambial; o País não tem recursos para comprar petróleo que ontem, ainda, as televisões anunciavam que nunca se produziu tanto petróleo na história do mundo, como agora. O que falta é dinheiro para comprar, porque setenta por cento do soja, do café, do algodão que nós plantamos, e de todos os produtos exportáveis, serviços e manufaturados, estão servindo apenas para pagar os serviços e os juros da dívida externa, que ascende a quarenta e sete bilhões de dólares.

Porisso, Sr. Deputado, esta situação toda é crucial, e, mais uma vez, é o agricultor um dos grandes sacrificados, como é o operário na cidade, com o seu salário de fome.

Oxalá, Sr. Deputado, esse requerimento que Vossa Excelência apresenta hoje, que, por certo, terá o apoio desta Casa, seja o início de uma frente que nós possamos fazer para mudar a estrutura agrária do País, para alterar a instrumentalização da ação político-agrária desse Governo, e principalmente, que tenhamos Ministérios austeros e sérios, que façam deste País um celeiro mas, primeiro um celeiro para o povo brasileiro e, depois, para exportar, não como nós temos hoje, uma agricultura dirigida à exportação.

E nós desconfiamos desses que agora querem encher a panela vazia do povo, porque no Governo de Costa e Silva e de Médici o mesmo Ministro, então da Fazenda, o que fez? Tomou uma posição radical, confiscou a agricultura, confiscou a pecuária, levou um Ministro da Agricultura da estirpe de

Cirne Lima à renúncia, com uma carta de denúncias violentas feitas na oportunidade.

E, no entanto, nós retornamos agora, e estão aí todo mundo a bajular, do empresário ao agricultor, o novo Ministro, que ontem, era da Agricultura, hoje já é do Planejamento, e amanhã gostaríamos que esse Governo fosse do povo brasileiro. Obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Aliás, nobre Deputado, dizem que se o petróleo não fosse preto, ele não teria tanta culpa que lhe impõem quanto à situação econômica brasileira.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. LÁZARO DUMONT** — Daria o aparte se Vossa Excelência permitisse que eu lesse este requerimento. Concederei o aparte, logo em seguida, com muito prazer. **(Lê o requerimento).**

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministros da Fazenda, Planejamento, Agricultura e Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, solicitando o prazo mínimo de 5 (cinco) anos para substituição dos motores por fornalhas.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

1.^o) - O alto custo da energia elétrica, que torna inviável este processo, que seria o mais rápido;

2.^o) - falta de madeira no Paraná, tornando impraticável em nosso Estado, a substituição dos motores por fornalhas em caráter imediato. Para tanto, precisamos criar infraestrutura, o que levaria, no mínimo, cinco anos;

3.^o) - o prazo concedido pelo Conselho Nacional do Petróleo, para substituição dos motores por fornalhas, constitui uma séria ameaça para a agricultura, uma vez que até janeiro de 1.980 (quatro meses), o Paraná conseguirá adaptar, quando muito, a sexta parte das secadeiras existentes. E a agricultura não pode, mais uma vez, pagar pelos desacertos e imprevidências da política brasileira;

4.^o) - acrescente-se a tudo isso, o grande investimento necessário para as alterações pretendidas pelo Conselho Nacional do Petróleo, fato gerador de um clima de total intranquilidade entre os atingidos pela referida decisão do CNP."

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo, inclusive pela maneira veemente que o faz.

Na verdade, o problema energético brasileiro não é tão grave como querem fazer crer. É apenas um problema extremamente elitista. É um problema de ignorância das autoridades.

Talvez nunca se tenha cometido, na História da Humanidade, tantos erros como se cometeram, e está se cometendo, com relação à política energética brasileira.

É de um elitismo tão grave, tão inconseqüente que, tenho certeza, levará este País a se rebelar, se Deus assim o permitir. Acredito que este "negrinho" chamado petróleo fará com que este País passe para as mãos do povo, com a derrocada total dessa elite espúria que está no poder.

É uma elite tão espúria, é uma elite tão ignorante, que, há algum tempo atrás, esqueceu que do petróleo saem quantidades fixas, percentagens fixas, de derivados. E por interesse apenas monetário, se procurou fazer, se tentou fazer com que diminuísse o consumo do petróleo através de uma política monetarista.

Não deu certo.

Somente muito depois, esses ignorantes que estão no poder, e que são verdadeiros ignorantes, é que descobriram o que

qualquer ginasiano sabe: que de um barril de petróleo saem quantidades mais ou menos fixas de gasolina, de óleo diesel, de óleo combustível, enfim, de todos os derivados.

Agora, tente-se mudar a política. Como? Quando viram que sobrou gasolina, inclusive passaram a boicotar o programa do álcool, perceberam que temos gasolina que pode ser vendida por menos de Cr\$ 2,00 para o exterior. Mas, continuaram a aumentar o custo de gasolina. E, agora, vão tentar chegar ao óleo diesel também. É erro de pessoas que só pensam em dinheiro e pessoas comprometidas com as "sete irmãs". Porque, pode existir PETROBRÁS, no Brasil, mas ela compra da SHELL, da ESSO, da ATLANTIC, das "sete irmãs", o petróleo que vem da Arábia, o petróleo que vem do Iraque.

Portanto, na verdade, o que há é falta de vergonha, é ignorância. E é tão elitista esse programa que ninguém soube, nem os ministros, nem os técnicos, os tecnocratas deste País que, no interior, existiam pelo menos três implementos agrícolas movidos à gasolina. E que ninguém usa gasolina para passar à trilhadeira, à moto-serra e até do trivial isqueiro.

Proibiu-se de usar a trilhadeira, a moto-serra, o trivial isqueiro e todos os outros implementos tocados à gasolina.

Qualquer motoqueiro desta Pátria, vai a um posto de gasolina e manda por um litro de gasolina. Mas, o colono se quiser um litro de gasolina para sua trilhadeira, agora, tem que mostrar, até que é inscrito no INCRA.

E viva a democracia!

Viva a desburocratização!

Mas vem pior aí, Sr. Deputado. Duvido que alguém, nesta Casa, já tenha ouvido falar que o Governo esteja desenvolvendo motores estáticos à gasolina para substituir, na agricultura, o motor da trilhadeira, o motor da roçadeira, o motor do picador de cana. Porque não interessa ao Governo que o colono tenha motores movidos à álcool, porque, provavelmente, um dos colonos irá fazer o seu álcool e irá distribuir para os vizinhos, e não entrará mais posto de gasolina, não terá mais PETROBRÁS no meio, não terá a SHELL, não terá ATLANTIC, porque haverá um mercado entre colonos e daqui a pouco vão proibir o colono de fazer o seu alambique que vai fazer o álcool que vai tocar a moto-serra do próprio colono, porque não interessa ao Governo, aquilo que não entra no sistema comercial do País, para se tirar e se por impostos, para se criar intermediários que sustentam essa elite espúria que está no Poder.

O SR. LÁZARO DUMONT — Senhor Presidente, tenho outro requerimento.

(Lê o requerimento e a justificativa).

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as pessoas que baixam estas normas se esquecem, por exemplo, que somente a soja em grão, o farelo, o óleo, são responsáveis por dois bilhões, cento e quarenta e três milhões, novecentos e setenta e quatro mil dólares, o que este ano, nós teremos aqui um aumento aproximado de trinta por cento. Só o Estado do Paraná participou nesta exportação, no recolhimento de divisas para os cofres nacionais, oitocentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil dólares, o que realmente é uma quantia que deveria ser levada em conta.

Por outro lado, as secadeiras ou secadores que hoje temos no Paraná, não servem somente à secagem da soja. Ainda, antes de fazer esse pronunciamento, entrei em contato com algumas cooperativas, procurando saber qual a participação do trigo no processo de secagem, e se o trigo usaria menos ou mais combustível para uso das caldeiras.

Exatamente as informações que tive, porque nós produzimos menos da metade da produção de toneladas de trigo, do que produzimos em soja, que proporcional, entre o trigo gasta ainda mais combustível do que a própria soja.

Por outro lado: nós ainda temos que secar o milho, porque o Paraná é o maior produtor do Brasil. Usamos também,

essas mesmas caldeiras para secar o arroz, o centeio, a cevada, enfim, são uma série de produtos agrícolas que não são plantados num único tempo e colhidos numa única safra.

Praticamente não há nem espaço de tempo para serem substituídas essas caldeiras, essas fornalhas por um outro processo.

Como já se pode observar, aquele que tem luz elétrica sabe o quanto custa mudar um sistema de aquecimento a eletricidade. A lenha disse muito bem o Deputado Nelson Friedrich, onde que vamos arrumar lenha para por nessas caldeiras? Para formar hoje um eucalipto no ponto de ser cortado para uso de forno se leva de oito a dez anos; para se formar a bractinga, se levaria de seis a sete anos.

E no entanto, nós temos que substituir um Estado agrícola, que produz trinta por cento da produção nacional e que não tem hoje, infelizmente, não tem lenha para ser acesa nessas caldeiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que a gente realmente pode observar é um total desconhecimento de uma realidade que nós vivemos no Estado do Paraná e que precisaria, antes de mais nada, ao invés de como ouvimos ainda anteontem no "Jornal Nacional", em que o cidadão responsável pelo Conselho Nacional do Petróleo aqui em Curitiba, disse que não há nem possibilidade de se dar novas cotas à agricultura do Paraná.

Quisera eu ser dono do Estado do Paraná para ver se eu plantava um grão de qualquer produto agrícola no nosso Estado.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador) — Ilustre Deputado Lázaro Dumont, primeiramente permita-me que cumprimente Vossa Excelência pelo assunto que traz à tribuna, nesta tarde de hoje. Vossa Excelência toca um problema que há muitos anos vem preocupando as lideranças conscientes desse País.

Todos nós sabemos, ilustre Deputado, e o único que parece desconhecer é o Governo, que a solução do problema social brasileiro está no campo. Mas a imprevidência do Poder Central, do Governo Central, tem levado este País a caminhos obscuros.

Sabendo que a solução do problema social está no campo, a imprevidência desse Governo massacra o produtor, o lavrador, e promove o banqueiro. Quer dizer, são distorções que só não enxergam, aqueles que estão comprometidos com esta política de fome e desgraça que vem infelicitando esta Nação desde 1.973, e tem razão tanto Vossa Excelência quanto o líder cooperativista que cobra do Governo esta imprevidência que há alguns anos atrás, o Governo usando o dinheiro do Fundo Perdido incentivava a troca das caldeiras das fábricas de cimento, que eram movidas a carvão, para óleo diesel.

E hoje, pretendem descarregar as consequências dos seus erros e dos seus crimes contra esta Nação sobre uma classe já por demais sacrificada que é a classe dos agricultores brasileiros.

E estas distorções têm trazido a este País problemas seríssimos como apontou Vossa Excelência. Um País com a extensão e com o potencial agrícola do Brasil, é um País que importa alimentos básicos. Não há justificativa que possa nos fazer entender estas distorções, distorções que já extrapolam deste terreno para serem caracterizadas como irresponsabilidades.

É necessário, ilustre Deputado Lázaro Dumont, que pronunciamento corajosos e marcantes pela independência como Vossa Excelência faz hoje nesta Casa, sejam seguidos, não só a nível de Assembléia, mas a nível de Câmara e de Senado.

Vossa Excelência receba os meus parabéns pelo vosso posicionamento e conte comigo na aprovação deste requerimento e neste movimento que deveremos encetar em favor da Nação.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de deixar a tribuna, gostaria, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que estuda hoje o problema da poluição, invasão de rios, desmatamento no Estado do Paraná, amanhã, dia 30, às 9 horas, teremos a oportunidade, na CPI da Ecologia, de ouvir o Dr. Renato Johnsson, Secretário de Estado do Interior, e o Dr. Fernando Fontana, Secretário da Indústria e Comércio, na qual atendendo convite do Presidente daquela Comissão, o primeiro irá fazer uma explanação da situação de qual o papel da SUREHMA no Estado do Paraná, não somente com respeito à Brasraft, mas inclusive, outros tipos de indústrias. E o Dr. Fontana, quase especificamente, irá falar sobre o problema da Braskraft, e também sobre as destilarias de álcool, outro tipo de indústria talvez tão poluente como a primeira.

Todos os Deputados estão convidados.

Era só, Sr. Presidente, e agradeço a oportunidade. —

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Tendo declinado, no horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna na tarde de hoje, para manifestar um temor.

Temo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo do Estado do Paraná não venha pagando o que deve, ou distribuindo o que deve de ICM às Prefeituras deste Estado.

É um problema que todos os Prefeitos deste Estado, na sua grande maioria, com exceção do Prefeito da Capital, têm reclamado a queda de suas cotas de ICM. E uma queda que não se justifica, porque a arrecadação do Estado tem se mantido num nível de arrecadação.

Tenho informações extra-oficiais - e se oficiais não tenho é porque Sua Excelência o Sr. Secretário da Fazenda não responde aos pedidos de informações desta Casa - que determinando município deste Estado, em cujo território o Estado arrecada de ICM uma média de Cr\$ 80.000.000,00 e que vem distribuindo de cotas de ICM, este mesmo município, por volta de Cr\$ 4.500.000,00 a Cr\$ 5.000.000,00.

Diz a Constituição que do produto da arrecadação do ICM, 20 por cento pertence ao município. E se formos verificar município por município, vamos chegar à triste realidade de que os municípios paranaenses não vêm recebendo do Estado as dotas no valor e no percentual exato que a Lei Maior determina.

Dia 24 de maio, Sr. Presidente, foi aprovado por esta Assembléia um pedido de informações, dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Fazenda, pedindo informações sobre a arrecadação e distribuição das cotas de ICM. Este requerimento, este ofício, foi expedido em 31 de maio. Hoje, 29 de agosto, não tivemos o prazer de receber as respostas que se faziam necessárias para que seja esclarecido este assunto.

Perguntava, indagava nesse requerimento, "qual o valor anual dos recolhimentos em atraso de ICM arrecadado pelo Estado, durante os Exercícios de 76, 77 e 78?". E aí, mais uma anomalia, mais um crime que se comete contra os municípios paranaenses. Porque o produto de arrecadação de multas, de juros e correção monetária, oriundos de ICM gerado no município, o Estado não devolve. Não devolve e eu desafio ao Sr. Secretário da Fazenda que prove que tem pago.

Outro item: "Qual o valor arrecadado pelo Estado com referência ao ICM durante o Exercício de 78?. Especificar os valores arrecadados, mês a mês, município por município. E qual o valor creditado aos municípios, no exercício de 78, espe-

cificando os valores, mensalmente, município por município"

Creio até que o Sr. Secretário não respondeu a esse pedido porque não pode responder; não tem condições de responder, porque, ao responder, desvendaria um crime que se comete contra os municípios deste Estado.

E, se for mentira, quero que seja mentira a dúvida que levanto aqui. Mas é para que seja desmentida esta dúvida ou/e esclarecida, é preciso que o Sr. Secretário pelo menos se digne a responder os expedientes oriundos desta Casa.

Seremos obrigados, Sr. Presidente, a pedir a constituição de uma Comissão de Inquérito, de uma comissão especial, para ir vasculhar na Secretaria da Fazenda, para verificar os cálculos de distribuição do ICM que os municípios não vêm recebendo. Porque o negócio é tão misterioso, tão complicado este cálculo, que ninguém entende qual é a equação que deveria ser montada para se chegar às conclusões que tem chegado esta Secretaria. Fica aqui pois, o apelo que faço agora, não mais ao Sr. Secretário, mas à Liderança do Governo desta Casa, para que tome providências junto à Secretaria, para que esclareça a esta Casa, aos municípios e aos Prefeitos do Paraná, as dúvidas que hoje levanto desta tribuna. Não é mais possível; os municípios paranaenses, os municípios brasileiros já estão falidos, Sr. Presidente, em função de uma política tributária irreal e desonesta, que tira do município, que deixa ao município a partilha das rendas, apenas 7 por cento do bolo tributário. E como se isto não bastasse, transfere encargos aos municípios, como se os municípios brasileiros fossem a eterna galinha dos ovos de ouro.

É necessário que tenhamos este esclarecimento e que os Parlamentares deste País encetem um movimento, para que a política tributária seja revista. Porque senão, amanhã ou depois, já eclodirá em breve o municipalismo brasileiro; irá à falência totalmente, e com ele, a célula "mater" da sociedade brasileira, de onde se geram a riqueza e o sustentáculo desta Nação.

É preciso que assuntos como este o Governo encare com seriedade e esclareça; esclareçam as dúvidas que hoje levantamos contra o Governo do Estado do Paraná, porque temo que o Governo não vem pagando, como deve, os percentuais que a lei determina, o ICM que cabe aos municípios.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Sr. Deputado, nós vemos Vossa Excelência tocar num assunto sensivelmente necessário. O municipalismo é um assunto que deve ser sempre aventado e sempre defendido por homens do Legislativo.

Só queria que Vossa Excelência me perdoasse, de discordar do seu pronunciamento brilhante, quando fala que as comunas paranaenses e brasileiras necessitam de amparo; é uma injustiça. Agora, Vossa Excelência só está pecando num ponto de vista, que é acusar o Governo de não pagar devidamente o ICM, devolvendo como é de lei, na boca do cofre, os 20 por cento que as Prefeituras têm direito.

Nós temos a honra de representar quase vinte comunas, quase vinte prefeituras; todas com prefeitos também voltados para o interesse do seu município. E não vemos razão para essa dúvida de Vossa Excelência. Porque sabe que os cálculos são feitos criteriosamente, são equitativos; é feira a distribuição dentro das normas rígidas, em que a Lei normativa, sobre este problema, versa. Então, não vejo razão Vossa Excelência estar dizendo coisas que não têm fundamento. Carece de amparo legal a acusação de Vossa Excelência.

Pediria pois, que nos desse tempo para solicitar do nosso Líder, para trazermos aqui muito em breve, um relatório completo deste assunto complexo que é o ICM no Paraná e no Brasil. Se o assunto é complexo, não cabe exclusivamente a culpa a Vossa Excelência, a nós, ao Governo do Estado ou ao Sr. Secretário da Fazenda.

Agora, conhecendo como nós conhecemos, este grande administrador que é Ney Braga, homem voltado exclusivamente

para...

O SR. TRAJANO BASTOS — Solicitaria a Vossa Excelência que fosse breve.

O Sr. Gabriel Manoel — Perfeitamente. Se Vossa Excelência quiser que eu pare, pararei. Então, é isso. Não quero que Vossa Excelência peque, em errar, porque errar é humano. Vossa Excelência está errando na tribuna, ao acusar o Sr. Secretário. Talvez ele houvesse falhado em não dar a resposta a Vossa Excelência, mas essa resposta, nós que conhecemos a justeza do Sr. Secretário da Fazenda, a boa intenção e a honestidade do nosso Governador do Estado, haveremos de trazer por intermédio da nossa Liderança a Vossa Excelência, ao Paraná e a esta Casa, que é a nossa Casa, as explicações.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Só espero, ilustre Deputado, que o muito breve de Vossa Excelência não seja o muito breve do Secretário, porque o muito breve deste já lá se vão 90 dias.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que os pedidos de informações oriundos desta Casa mereçam a atenção dos órgãos do Governo, porque senão nós não conseguiremos estabelecer aquele nível de relacionamento que é necessário entre um Poder e outro.

Fica aqui, pois, este registro.

Esperamos que a Liderança do Governo cobre do Sr. Secretário da Fazenda e que ele remeta a esta Casa, para dissipar as dúvidas que hoje levanto perante o Paraná, para saber se o Estado vem pagando no percentual que a Constituição estabelece, as quotas do ICM dos Municípios do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezzi, respectivamente Líderes da ARENA e do MDB, constante do expediente, solicitando que as sessões ordinárias dos dias 3, 4 e 5 do próximo mês de setembro, sejam destinados aos trabalhos das Comissões Técnicas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO—1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 72/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 69/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social e os municípios especificados, objetivando a distribuição gratuita de produtos farmacêuticos da linha básica de Saúde Pública. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 73/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 70/79), que aprova o termo de renovação ao Convênio nº 02, celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, com a participação de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras de complementação da via de ligação Curitiba - São José dos Pinhais. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 74/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 75/79), que aprova convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando condicionar diretrizes de trânsito com o planejamento urbano do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 130/79, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que denomina "Jayme Canet" a rodovia estadual que liga a Rodovia "Parigot de Souza" - Joaquim Távora - Carlópolis e Passo dos Leites, na divisa com o Estado de São Paulo. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 130/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada "RODOVIA JAYME CANET" a rodovia estadual que liga a Rodovia "Parigot de Souza" — Joaquim Távora - Carlópolis e Passo dos Leites, na divisa com o Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A presente homenagem póstuma que se pretende prestar àquela eminente personalidade que foi Jayme Canet, deve-se ao seu grande espírito de pioneiro que sempre determinou a sua conduta em prol do desenvolvimento no Norte Pioneiro do nosso Estado, onde residiu por longos anos, na cidade de Ribeirão Claro. É também uma demonstração de gratidão a uma ilustre família que tem oferecido eminentes homens públicos dedicados à administração estadual e municipal, ressaltado, entre outros, o dinâmico Sr. Júlio Canet, irmão do homenageado, que destacou-se como um dos primeiros Prefeitos de Joaquim Távora e que muito lutou pela concretização da construção desta importante rodovia para o desenvolvimento do Paraná, na ligação da região norte pioneira com o vizinho Estado de São Paulo, estrada esta concluída no dinâmico governo de Sua Excelência o Sr. Governador Jayme Canet Júnior.

Com isso, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 130/77

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Gabriel Manoel, o presente Projeto de Lei 130/77, tem por finalidade denominar "RODOVIA JAYME CANET" a rodovia estadual que liga a rodovia "Parigot de Souza" - Joaquim Távora - Carlópolis e Passo dos Leites, na divisa com o Estado de São Paulo.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor, temos que a presente homenagem póstuma que se pretende prestar àquela eminente personalidade que foi Jayme Canet, que muito lutou pela concretização da construção desta importante rodovia.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Paulo Camargo, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/79, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais - SOS", com sede na cidade de Mal. Cândido Rondon. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 35/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - SOS", com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Obras Sociais - SOS, de Mal. Cândido Rondon, foi declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1.303, de 25 de setembro de 1.978. É uma entidade de caráter beneficente que trabalha em favor da população rondonense menos favorecida. Não possui fins lucrativos, mantendo-se com seus próprios recursos e de subvenções de órgãos públicos. Dado o exposto, conclamamos os Srs. Deputados para o integral apoio à esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 35/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, o presente Projeto de Lei nº 35/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - SOS, com sede e foro na cidade de Mal. Cândido Rondon, Estado do Paraná.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento, pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 81/79, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Mariana", com sede e foro na cidade de Santa Mariana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 81/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTA MARIANA, com sede e foro na cidade de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora se pretende declarar de utilidade pública, presta realmente relevantes serviços à comunidade de Santa Mariana, de forma desinteressada, pois tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, especialmente.

O elenco de serviços que a referida Associação presta à população de Santa Mariana, por sinal, vasto, por si só justifica a apresentação do presente plano de lei.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a necessária aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 81/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, o presente Projeto de Lei nº 81/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Mariana, com sede e foro na cidade de Santa Mariana.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que

a referida entidade preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; José Tavares, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 89/79, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "Casa de Recuperação Nova Vida - CRENVI", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 89/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CASA DE RECUPERAÇÃO NOVA VIDA - CRENVI", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1.979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, por resultado do presente plano de lei, desenvolve importantíssimo trabalho em prol da recuperação de pessoas envolvidas pelas malhas da toxicomania.

A bem definir os propósitos e estrutura da organização encontram-se diversos documentos que, analisados pelos nobres Pares, creio, motivarão o imprescindível apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 89/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei nº 89/79, visa declarar de utilidade pública a "Casa de Recuperação Nova Vida - CRENVI", com sede e foro nesta Capital.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade citada, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Nelson Friedrich, Relator

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 92/79, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 33/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que dispõe sobre aproveitamento de Médicos aprovados em concurso, para as vagas de Capitão da Polícia Militar do Estado. Parecer Favorável da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Florinda Negrozelli Kloster. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, com o apoio do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo sua interferência junto aos Meritíssimos Juízes de Direito das Varas Cíveis das Comarcas de Jacarezinho e Cornélio Procopio, no sentido de não permitirem a presença de policiais, desta última cidade, no serviço de

demarcação de terras que está sendo efetuada no município de Sertaneja. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor Geral da Justiça, objetivando a criação dos Distritos Judiciários de Lindoeste e Juninópolis, no Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a implantação da Delegacia Distrital do Bairro do Pinheirinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que sejam realizados estudos objetivando a implantação do Curso de 2º Grau, na Escola Nossa Senhora Aparecida, localizada na Vila São Pedro, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes a diversas autoridades, em forma de apelo, no sentido de que sejam autorizados financiamentos às Prefeituras Municipais com os mesmos juros dos financiamentos agrícolas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a transferência ao Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação do trecho de estrada que liga Coronel Vívica - Jacutinga a Abundância, no Município de Manguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que determine providências para a construção de uma ponte sobre o Rio Palmital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando o envio de expedientes a diversas autoridades, encarecendo o prazo mínimo de cinco anos para substituição dos motores por fornalhas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes a diversas autoridades, sugerindo a construção de terminais ferroviários nas localidades de Maringá, Londrina, Guarapuava, Distrito de Mauá e outras. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Bernardi e Del Ciel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a regularização dos vencimentos de professores suplementaristas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Presidente da República, pela sanção do Projeto da Anistia. — Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine à Secretaria dos Recursos Humanos, providências no sentido de ser estendida a

gratificação de produtividade aos professores da Série de Classes do Quadro Próprio do Magistério Público, detentores de diploma de curso superior. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Entidades Policiais do Paraná Estão Reinvidando Melhoria Salarial". — **Aprovado.** (O artigo acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão visando a criação da Secretaria da Comunicação Social. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O Deputado Airton Cordeiro fez, nesta Casa, o elogio de Comunicação Social.

Por vezes falou muito bem do jornalismo, das relações públicas e da publicidade. Também falou sobre telefonia.

Destacou as distâncias continentais do Brasil. . .

Disse que o Brasil viveu dentro do conceito puramente regionalista durante centenas de anos.

E não hesitou em afirmar que das mais importantes obras dos Governos Revolucionários, a da comunicação social ganha relevo. Através dela, o Brasil teria passado a viver integrado e o seu povo teve acesso às melhores e mais acreditadas fontes de informação.

E assim — no dizer do Deputado — "hoje somos um povo com a mesma informação básica".

Passo a interpretar e responder, primeiramente a estas questões:

Ao que me parece, existem coisas que se constatarem necessárias. Então, não cabe o elogio ou a censura. Por exemplo, como alguém vai criticar uma necessidade como "comunicação social"? A comunicação social pode ser destacada em relação a objetivos que cumpre, a espaços que ocupa, a funções que preenche. Mas, elogio da comunicação social . . . ?

Bem . . .

Ao que me consta, ninguém pode, em sua consciência, falar mal do jornalismo, das relações públicas, da publicidade . . . ou da telefonia. Pode criticar o mau uso; este ou aquele meio de comunicação social em relação a algum problema ou o uso que se esteja fazendo.

Particularmente, se for o caso, faremos todos uma profissão de fé em favor do jornalismo, das relações públicas, da publicidade, da telefonia a curta, média e longa distância.

Também não me parece importante destacar das grandes distâncias existentes num grande País como o Brasil. O próprio Paraná tem grandes distâncias entre várias cidades: umas são bem próximas, como por exemplo, São José dos Pinhais. Outras são mais distantes, como por exemplo, União da Vitória e Castro. Outras são ainda mais distantes, como Foz do Iguaçu e Cerro Azul.

Se usarmos o rádio, a televisão e a telefonia, elas ficam mais próximas, porém, no sentido figurado, porque a distância não muda, uma vez que as cidades geralmente são fixas. Salvo casos de erosão, onde uma parte está sujeita a mudanças . . .

O Deputado disse também que o Brasil viveu dentro do conceito puramente regionalista durante centenas de anos.

Eu discordo. Acho que ninguém pode viver dentro de um conceito, a não ser por abuso de linguagem. Na verdade, o conceito — mesmo usando metáforas — pode ter vivido dentro do Brasil.

A grande verdade é que os poetas, os escritores e os jornalistas costumam usar licença de linguagem. Mas isso não quer dizer imprecisão, a não ser no presente caso.

Entretanto, o sentido do requerimento do Deputado Aírton Cordeiro envolve questões sérias. A começar pela afirmativa de que a comunicação social ganhou relevo como importante obra dos Governos Revolucionários. Estamos frente ao deboche. O silêncio, a censura e a coerção sobre o pensamento neste País, foram obra dos Governos Revolucionários e então, o nobre Parlamentar, vem dizer que esta foi uma das mais importantes obras dos Governos. Naturalmente, estará confundido pela modernização dos parques gráficos dos jornais e revistas, pela modernização técnica e humana do rádio e telejornalismo; obra de categorias profissionais, pessoas e empresas.

E, felizmente, não somos hoje um povo com a mesma informação básica, embora a ditadura se tenha empenhado obstinadamente em conseguir isso. Temos sim, fontes de informações comuns ao povo e aos veículos de comunicação social; e temos fontes de informações comuns aos vários veículos de informação. E alguns deles têm alcance nacional, outros regional e muitos, municipal.

Na verdade, enfrentamos e ainda estamos sujeitos à informação monolítica, na medida em que persistem meios e instrumentos de monopolização da informação nos governos e na divulgação. Em vez de um sistema aberto de informação oficial para o povo, em que a imprensa e as representações profissionais colham o que julgam do interesse de leitores e seus representados.

E, apesar dos elogios do Deputado Aírton Cordeiro, na verdade o que está pretendendo em seu requerimento é a crescente mediação governamental nos meios de comunicação social do Paraná.

Considero o objeto do requerimento do Deputado Aírton Cordeiro uma ameaça à informação pública e uma distorção das funções de relações públicas e comunicação social no Estado.

E passo a dizer porque:

Saudamos todos o fim do processo de informação oficial chamado de "press-release". Na medida em que a informação pública nos órgãos oficiais foi fechada, impedida, e em substituição apareceram essas "notas para a imprensa" fabricadas segundo os interesses do Governo, e até de pessoas ocupantes de cargos protegidos por esse sistema de ocultamento.

E não é só isso. Além de essas notas constituírem a única e distorcida ponte de comunicação social a respeito do funcionamento dos órgãos públicos e das sociedades de economia mista, ainda passaram a ser notas primárias, especulativas, elogiativas, desviativas dos problemas e questões do interesse público.

Grande parte, sem nenhum interesse para os leitores, apenas para os titulares e responsáveis pelos órgãos que desejavam se ver promovidos na comunicação social. Em si, a informação fornecida, técnica e criteriosamente, pode ser utilizada pelos veículos de comunicação social. E então, o "press-release" é útil. É uma informação sobre problemas e questões que podem ser levadas a público, segundo o interesse da administração pública ou das empresas de economia mista.

De repente, do mau uso do "press-release" deduziram algumas pessoas que ele seja inaceitável. E não foi, também, na verdade, exterminado; nem poderia. Foi escondido, embutido em outras formas. Preferimos que ele retorne criteriosamente, e que sua publicação não seja objeto de faturamento pelos veículos da comunicação social, ou condição para que o Governo e as empresas de economia mista façam anúncios nos veículos de comunicação social.

Agora, a situação é muito pior.

Por exemplo, existe uma cadeia de publicidade da administração pública levada ao interior do Paraná, através de programas gravados pela EMATER, a pretexto da informação técnica, isenta, e que envolve gravações, pagamentos, transações com rádios. A pretensão agora, é coordenar de Palácio, essa mina de ouro e de divulgação governamental.

Por exemplo, montou-se um enorme grupo de trabalho em Palácio, contratando-se profissionais de imprensa, para fazer páginas e cadernos de publicidade oficial para serem oferecidas como encarte aos veículos de comunicação social do Estado. Pretende-se coordenar essa mina de ouro do controle social.

Por exemplo, formam-se anualmente mais de uma centena de jornalistas em Curitiba e Londrina, mas os espaços da comunicação social já estão ocupados, havendo até excedentes na profissão. Enquanto isso, o mal falado "release" está sendo substituído por alguma coisa muito mais grave: uma central de produção jornalística, para fazer desde "tapes" para televisão, gravações para rádios e cadernos para a imprensa escrita.

A imprensa do Paraná não pode resistir ao ataque que vem de fora do Estado, no sentido de ocupar os espaços da comunicação social e do Palácio Iguazu. O mercado profissional fica cada vez mais reduzido pela dupla monopolização da informação social, de fora e de dentro, e os profissionais não encontram locais de trabalho. Os meios de comunicação social não conseguem resistir à avalanche de pressões externas e internas, restando-lhes os assuntos menores e, talvez, a imprensa "marron", como aconteceu em Cascavel — no que se propala. A idéia de criar uma Secretaria da Comunicação Social, substituindo os simples serviços de informação oficial e de relações públicas do Governo e dos titulares dos órgãos estaduais, é uma idéia sinistra e contrária aos interesses sociais.

Em vez de liberdade e aprimoramento da comunicação social, ela investe contra as liberdades públicas, contra a liberdade profissional da informação, contra os veículos da comunicação social. É a reorganização da ditadura da informação sob a capa democrática, além de se constituir em espaço para manipulações de informação e controle social da informação. E ainda, da burocratização da informação pública em nosso Estado.

Será que não despertou a atenção do Ministro Hélio Beltrão? É um grave perigo e ameaça a todos nós a criação de uma Secretaria de Comunicação Social. Além do mais, de criar vários cabides de emprego nesse Estado em que já se debate para pagar o funcionalismo.

Por isso, Sr. Presidente, votamos contrariamente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão o requerimento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não entendo um Parlamento, e particularmente um Parlamento dentro da atual estrutura política brasileira, se não for um gerador de idéias, que se não atuar com o objetivo de fazer repercutir necessidades, anseios e reivindicações. É nesta linha, tenho procurado pautar a minha conduta, a minha atuação, seja em plenário, seja nas comissões técnicas desta Casa; claro pois, que ao apresentar requerimento sugerindo a criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social, enquadro o meu comportamento dentro desses princípios que devem dirigir a atuação de um Parlamentar. Ignorar o significado da comunicação social, a nível de Governo, também: é ignorar um dos aspectos mais importantes das obrigações que tem a administração pública com o povo que dirige. Porque o Governo, em qualquer nível, tem a obrigação, que corresponde a um direito do povo, de informar. E não se descobriu até hoje, qualquer outro meio, que possa levar a informação ao povo, que não pelos mecanismos contemplados por um sistema de co-

municação social.

Não se entenda a comunicação social de Governo como uma pretensa lavagem cerebral, que se pretenda impor ao povo. Não se entenda a comunicação social de Governo como uma imposição de normas, como a imposição de uma imagem forçada do homem público; não se entenda a comunicação social de Governo como má vontade ou partindo-se da premissa de que toda a estrutura da comunicação social de Governo, é um mal; um mal, sim, nos Estados totalitários; um mal, sim, para os governantes de formação com desvios, em todos os sentidos.

Mas não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num sistema que nós buscamos, em primeiro lugar, democratizar a informação, porque se o Governo do Estado que está instalado no Paraná tivesse a mais remota das intenções de manipular notícias, não aboliria o "press-release", medida que por mim foi elogiada desta tribuna.

Seria, sim, intenção do Governo manipular informações, se mantivesse a estrutura viciada que estava prevalecendo neste Estado, estrutura que, em boa hora, foi rompida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Tivemos no Paraná, antes da reforma administrativa que foi adotada depois da vigência da Lei nº 6.636, o Departamento de Divulgação do Estado, com quadro de redatores, de fotógrafos profissionais de imprensa, da imprensa privada, do melhor estofo e da melhor formação moral. Deixou de existir o Departamento de Divulgação do Estado.

E o que se observa é que a reforma administrativa, que foi implantada no Paraná por esta lei, relegou o profissional de imprensa a uma situação de absoluta inferioridade, porque o que é o assessor de imprensa, senão o porta-voz dos Secretários de Estado, do próprio Governador e de outras entidades?

Talvez muitos Deputados aqui não saibam, mas esse assessor de imprensa, hoje, é subordinado aos chefes de gabinete das Secretarias de Estado.

Sr. Presidente, também vale acrescentar que estes profissionais de imprensa que hoje estão a servir o Governo do Estado, já tiveram uma situação funcional bem mais compatível com a sua responsabilidade.

Exige-se do profissional de imprensa enquadrado no serviço público paranaense, formação universitária. E, na verdade, é bom que se diga, claramente, que o jornalista, pela sua natureza profissional, é um homem que tem quase que a obrigação de dominar várias matérias, e dentro do âmbito da administração pública, ele é obrigado, para bem desempenhar a sua função, a entender de economia, política, sociologia, e, até mesmo, de administração.

Um profissional altamente qualificado e, na situação em que se encontra este profissional, hoje, na verdade, não temos outra convicção que não aquela que nos leva à constatação de que o jornalista do serviço público estadual está, hoje, condenado a uma situação de inferioridade.

Por que criar a Secretaria de Estado da Comunicação Social?

Para o dirigismo da informação? Indago eu. Se tivesse essa intenção, o Governo sequer ofereceria a oportunidade de democratizar a notícia. Aí estão todos os órgãos públicos paranaenses, à disposição dos órgãos de imprensa do Paraná. E o que se constata é que falta o instrumental necessário à administração deste Estado para atender as próprias necessidades da imprensa.

E aqui estão, com assento nesta Casa, vários Deputados, jornalistas de profissão, que podem atestar, confirmar ou desmentir aquilo que estou dizendo desta tribuna. O que mais poderíamos invocar para justificar a criação da Secretaria de Comunicação Social, senão também o próprio sentimento de classe, que tenho, e me orgulho de ter? E com isto, procuro dar à

categoria dos jornalistas profissionais, também - digo isto claramente - um novo mercado de trabalho.

As Faculdades de Comunicação aí estão, anualmente colocando fora de seus limites, turmas que se formam, e lamentavelmente, não há absorção necessária dessa mão-de-obra tão importante.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Nobre Deputado, esse último argumento de Vossa Excelência não condiz com a presença, há poucos dias, em nosso Estado, do Ministro Hélio Beltrão. Parece que a justificativa seria criar uma Secretaria para empregar profissionais que saem das faculdades, e não pelas necessidades dessa Secretaria.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência perdoe-me mas deve ter entendido mal:

Uma das razões invocadas poderia, perfeitamente, ser essa.

O Sr. Deni Schwartz — Em outro trecho do seu pronunciamento, Vossa Excelência se referiu aos regimes autoritários.

Gostaria de lembrar à Casa que a informação, no Brasil, já foi democratizada. Ela o foi pela democracia relativa quando se criou a Lei Falcão.

Realmente, a informação no Brasil está altamente democratizada. A Lei Falcão está aí. Não há necessidade de mais nada, enquanto existir a Lei Falcão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Se Vossa Excelência permitir, gostaria de dizer a Vossa Excelência e aos Srs. Deputados que, desta tribuna, também condenamos a Lei Falcão. E não foi só uma vez.

O Sr. Deni Schwartz — Sou testemunha que Vossa Excelência combateu a Lei Falcão. Mas ela continua em pé. E qualquer coisa que se pense em termos de comunicação governamental, tem sobre ela a Lei Falcão que impede a Oposição de falar.

Aliás, aqui somos impedidos em todos os pontos. Porque agora, recentemente, quando do encontro da Oposição para-guaia, realizado nesta Casa, tivemos de labutar muito para podermos ficar, pura e simplesmente, com as gravações. Porque o SNI, de imediato, veio buscar as gravações feitas nesta Casa.

Por isso, o nosso medo, exatamente dentro da sua linha de raciocínio: informação em regime autoritário é altamente perigosa. E nós vivemos num regime autoritário: o regime da Lei Falcão.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Mencionou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nobre Líder da Oposição, Nilso Squarezzi, que a modernização dos meios de comunicação social do Brasil deuse, principalmente, pelo espírito empresarial dos homens que comandam os sistemas de comunicação: os empresários de jornal, de rádio, de televisão.

Em parte concordo com Vossa Excelência. Mas lamento que Vossa Excelência não reconheça que uma das grandes obras dos governos revolucionários, foi exatamente dentro do âmbito da comunicação. Vossa Excelência não pode ignorar, como Parlamentar bem informado, que a EMBRATEL é hoje o grande caminho aberto para o aprimoramento, para o aperfeiçoamento da comunicação social em nosso País.

Quando afirmei, ao arrazoar o meu requerimento, que há alguns anos atrás, para falarmos de Curitiba com Porto Alegre pedíamos a ligação pela manhã e falávamos no começo da noite, eu o fiz para ressaltar este papel da obra governamental, porque tínhamos instalado aqui, dentro do Brasil, uma empresa internacional, a ITT, que explorava o serviço de comunicação dentro deste País, em condições pecárias sem permitir que o brasileiro tivesse um sistema de comunicação moderno.

E o que significou a EMBRATEL?

A EMBRATEL significou o uso do satélite. Foi graças ao advento que os jornais dispõem de uma moderna rede de telex em todo o Brasil. Foi graças ao advento da EMBRATEL e à sua grandiosidade, que as emissoras de rádio dispõem de canais de som para falar de qualquer ponto para qualquer ponto do País.

É graças à EMBRATEL que as emissoras de televisão podem jogar uma imagem de Curitiba a Manaus, com mobilização rápida, necessária particularmente ao telejornalismo. Não há como deixar de reconhecer que os empresários de comunicação assumem esta destacada posição, mas é injusto deixar de reconhecer, Deputado Nilso Sguarezi, que a EMBRATEL significa a grande ponte para todo este trabalho.

Indago a Vossa Excelência: se não tivéssemos a estruturação da EMBRATEL, nos termos em que ela está estruturada, falaríamos com vários países do mundo, pelo telefone, como falamos hoje...?

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. AIRTON CORDEIRO** — Conceder-lhe-ei o aparte.

Pergunto mais: será que o Brasil veria o homem chegando à lua, em julho de 1969, se não tivéssemos aqui uma estrutura de comunicação que nos permitisse ver aquele grande evento da humanidade?

Seguramente, Deputado Nilso Sguarezi, não. Então, o que eu peço a Vossa Excelência, é que reconheça que esta obra significou o elo que permitiu o atingimento dos objetivos da comunicação moderna. E vou mais além Deputado Nilso Sguarezi.

Infelizes de nós brasileiros, se não tivéssemos a rede de comunicações que temos ao nosso alcance, porque, seguramente, o nosso desenvolvimento estaria ainda mais retardado.

E quero aqui repetir o que afirmou recentemente num programa de televisão, através da Rede Globo, o locutor Cid Moreira: "Marginal da vida é aquele mal informado".

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Inicialmente, devo concordar com Vossa Excelência que o Parlamento é um fórum de debates e reconheço o direito que Vossa Excelência tem, de trazer uma sugestão a esta Casa, como deve Vossa Excelência reconhecer o direito que a nós deve ser atribuído, de discordarmos da sua sugestão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sem dúvida nenhuma.

O Sr. Nilso Sguarezi — Bom, primeiramente, quanto ao problema que Vossa Excelência abordou, de que os comunicadores sociais das diversas Secretarias do Estado, os assessores de imprensa hoje estão subordinados aos Chefes de Gabinetes das diversas Secretarias. Não vejo como possam esses comunicadores sociais, ao integrarem uma Secretaria de Comunicação Social, não ficarem eles na aludida Secretaria de Comunicação Social subordinados também a alguém.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Ao Secretário de Estado.

O Sr. Nilso Sguarezi — E o Chefe de Gabinete? Ou toda a Secretaria terá um assessor de imprensa sem ter dentro dela uma certa hierarquia? Mas isso aí não é o ponto da questão.

O ponto da questão é que para uma boa comunicação social, não importa a hierarquia do repórter, do comunicador, do radialista, porque se assim fosse, se não tivesse que estar pregado a uma hierarquia, o repórter daqui deveria ser o diretor do jornal ou o dono do jornal para ser um bom repórter.

Isso é um problema de personalidade, é um problema de competência, que não diz respeito ao problema da hierarquia ou da estrutura, como Vossa Excelência pretende mistificar, digo eu.

Segundo lugar: o problema da democratização da informação. A partir do momento em que há o enfeixe, em que há o monopólio de qualquer coisa, não há democratização. Porque a democratização é exatamente a possibilidade de haver um plura-

lismo de informações. E a partir do momento em que se canaliza para uma só voz, não haverá evidentemente essa democratização.

É o que vemos hoje, a nível federal, o Sr. Sahid Farah, que de um momento para outro assumiu nesta Nação, enfeixou nessa Nação toda a comunicação, centralizou, monopolizou. E há aí um perigo muito grande, porque todas as informações que o Governo prestar imediatamente, hoje existe a desculpa a nível federal de que elas devam ser prestadas por órgão específico que foi criado, ou seja, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Como não ocorria anteriormente, em que cada Departamento do Governo era obrigado a dar informação, informação correta porque saía dali da fonte. Esta fonte tem que filtrar para a Secretaria da Comunicação Social do Governo. e ela é que vai dar a versão a seu bel-prazer.

Um outro aspecto, Deputado Ailton Cordeiro, quanto à obra do Governo Revolucionário. Evidentemente, disse que não se deveria confundir desenvolvimento da comunicação social com modernização. Evidentemente que existiu uma modernização no Brasil, de que esta modernização existiu pela EMBRATEL, existiu nas empresas particulares, nos jornais. Temos hoje, jornais com fotografias coloridas.

Mas, o que Vossa Excelência tem que entender, é que esta modernização não foi só no Brasil que ocorreu. Ela ocorreu em todo o mundo. Os satélites, Deputado Ailton Cordeiro, existiram depois da própria Revolução.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Em várias partes do mundo, antes do Brasil.

O Sr. Nilso Sguarezi — Países subdesenvolvidos, como na América do Sul, a Bolívia, nos assistimos um jogo pela EMBRATEL da Bolívia, transmitido de lá. Temos comunicação por telefone, com o Paraguai, DDD, País subdesenvolvidíssimo. E aí está também, a modernização de comunicação, o que não quer dizer que o Paraguai seja uma democracia, o que não quer dizer que o Paraguai tem a possibilidade de ter divulgação democrática.

Houve a modernização lá. E eu pergunto a Vossa Excelência, se Vossa Excelência considera como obra dos Governos Revolucionários esta modernização, para essa modernização redundar, por exemplo, neste absurdo, de um brasileiro poder assistir o homem na lua, mas o povo brasileiro estar impedido de assistir um show de ballet, como aconteceu nesta terra, quando se proibiu a transmissão de um show de teatro, como o do ballet de Bolshoi.

Isto também se deve tributar à obra do Governo Revolucionário. Como a televisão esteve impedida, até bem pouco tempo, de transmitir o que acontecia contra o Governo, em oposição ao Governo. Não só do Partido da Oposição, mas greves nos sindicatos. Quando por um Deputado autêntico, como é o Deputado Alencar Furtado foi na televisão e falou aqui que realmente se constatou ser verdade, que existiam mortes, torturas neste País, e as viúvas estão aí hoje, e as viúvas do "talvez" ou do "quem sabe" aí estão, os filhos e órfãos estão aí. E este Deputado foi cassado e se fechou esses meios de comunicação para a Oposição. E sempre vem a Lei Falcão em cima. Tudo isso é obra do Governo Revolucionário.

Então, na comunicação social, eu não posso aceitar como obra do Governo Revolucionário, porque lamentavelmente se houve uma modernização, houve um regresso no desenvolvimento da comunicação social.

E quanto especificamente ao Paraná, acredito que a Secretaria da Comunicação Social, idéia que brilhantemente Vossa Excelência defende, que arrazoou muito bem, acredito que hoje, nas condições em que o Paraná está, inclusive pela própria argumentação de Vossa Excelência, por estar perfeitamente modernizado, por termos telefones DDD, por termos bons veículos de comunicação. não há necessidade disto.

Porque o Governo do Estado do Paraná tem se comunicado eficientemente com este povo. Chego até a deduzir que tem ido além.

Nós vimos recentemente o Governador, por uma hora e meia, ocupar um canal de televisão, ou vários canais, uma rede de televisão que inclusive nesta Casa passou um requerimento para sabermos o custo disto e que até hoje não tivemos o prazer de receber a resposta; então, o Governo do Estado tem se comunicado eficientemente, e não há necessidade de mais um órgão. Porque, como eu disse, se hoje o Governo pede créditos a esta Assembléia, para pagamento de seus funcionários, se hoje o Governo do Estado está em déficit, pode ser que no futuro, por esta razão, até de economia, em que se vive numa economia de guerra, acho totalmente inviável a criação de uma Secretaria destas.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Nilso Sguarezi, devo dizer a Vossa Excelência e aos Srs. Deputados, que discordar é um direito, não só dos Parlamentares da Oposição, mas dos Parlamentares do meu próprio Partido. É um direito sagrado que jamais foi contestado, por mim, em qualquer momento nesta Casa. Até diria que do ponto de vista meramente oposicionista, ser contra a criação da Secretaria da Comunicação Social é posicionamento normal do ponto de vista político; porque nós temos observado, permanentemente, que as mensagens do Poder Executivo, de qualquer alcance sempre merecem reparos da Oposição.

Comportamento normal. Não se pode nem se deve condenar, se não procurar contra-argumentar, o que julgo importante. Então, não me causa surpresa nem estranheza, absolutamente, que Vossa Excelência firme uma posição contrária à criação da Secretaria de Comunicação Social. É posicionamento político.

No entanto, o que não me convence é o fato de Vossa Excelência colocar em dúvida o proveito que toda a comunidade tirará de uma comunicação social bem feita pelo Governo do Estado. Porque não se entende, dentro de um conceito tão restrito, comunicação social oficial, como veiculação de notícias. O trabalho de um sistema de comunicação social é muito mais amplo. É um trabalho que exige pesquisas. É um trabalho que exige o aprofundamento do estudo de várias matérias. É um setor inclusive, de aconselhamento.

Por que? Porque é da natureza do comunicador, é da natureza daquele que trabalha com notícia, a obrigação de sentir o que pensam as camadas populares. Este é o trabalho amplo, da comunicação social.

Se hoje condenamos muitas das decisões de técnicos, de burocratas que estão em escalões governamentais, é porque estes, investidos nestas funções, não vêm à planície e ficam enclausurados em seus gabinetes, porque não sabem ouvir o que pensa aquele que está aqui, no mesmo nível em que nós estamos.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Conceder-lhe-ei o aparte.

Comunicação Social tem também este caráter, Deputado Nilso Sguarezi. Quando Vossa Excelência condena a Lei Falcão, tem o meu apoio. Defendi sempre, pela minha formação pessoal e política, o acesso com responsabilidade do político ao rádio e à televisão. Por que?

Porque não quero que o povo brasileiro continue a votar pela influência do poder econômico; quero que o povo brasileiro vote, conhecendo a idéia dos seus candidatos; vote, conhecendo o que pensam os homens que podem representá-lo. Idéia; sou um aplogista das idéias pois não entendo o homem público, se não tiver idéias. Teria o maior prazer de debater este e outros assuntos com qualquer um dos Srs. Parlamentares através do rádio e da televisão. Eu quero ser julgado. Sr.

Deputado Nilso Sguarezi, quando Vossa Excelência invoca a Lei Falcão, tem o meu endosso. E em nada serve o seu argumento para tentar obstruir a idéia da Secretaria de Comunicação Social. Porque não quero uma Secretaria de Comunicação Social para manipular números, dados, informações. Penso numa Secretaria de Comunicação Social, dentro do espírito mais elevado. E por que apresento esta sugestão, Deputado Nilso Sguarezi? Porque este Governo já deu uma demonstração inquestionável, de que não pretende manipular notícias, pois se o pretendesse, não teria abolido o "press-release".

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Deputado, o episódio da "Gazeta Mercantil" é um episódio recentíssimo. Não podemos ignorar. Vossa Excelência tem acompanhado a imprensa, partindo do pressuposto que o Presidente Figueiredo esteja bem intencionado, e realmente queira trazer a Democracia.

Vossa Excelência não ignora que, atrás disso, existe o chamado "sistema" e esse chamado "sistema" é que tem sido o causador, de todos os retrocessos existentes no Brasil.

E esse chamado "sistema" está com os homens, tem o poder efetivo, não o poder formal. O Presidente da República tem o poder formal, mas o poder efetivo está com o chamado "sistema". Com esse "sistema" que apareceu à semana passada, querendo impedir que um jornal divulgasse um dos aspectos do acordo nuclear. Tem sido esse "sistema" que tem impedido que os brasileiros conheçam o "contrato de risco". Então, efetivamente, estamos ainda num regime fechado. Que agora dá nuances de abertura. Mas, de uma hora para outra, pode haver um retrocesso.

E veja Vossa Excelência o risco que corremos, de criar uma Secretaria de Comunicação Social e num retrocesso do regime, venha este instrumento poderoso funcionar como um novo DIP, como foi no tempo da ditadura de Getúlio Vargas.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Diante desta hipótese que Vossa Excelência formula só me cabe lamentar, o seu pessimismo pela posição de liderança que Vossa Excelência ocupa neste Parlamento e na comunidade.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não é pessimismo, nobre Deputado.

E que não há lugar de ilusão e de ingenuidade, para os homens da Oposição. Não há. Quando o meu Partido se aproxima do Poder, está aí uma extinção do MDB. Não há ilusão, não há pessimismo. O que há é praticidade, é objetividade, é consciência da força que estamos lutando contra.

Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência está do outro lado e pode ter esse otimismo. Mas, aos homens da Oposição, não é dado ter otimismo. Quando se tira um Ministro da Fazenda, quando se tira um Ministro do Planejamento e se coloca um Delfin Neto, o homem que infelicitou esta Nação, não se pode ter otimismo. Desculpe-me Vossa Excelência, mas de sua consciência, nenhum homem da Oposição, com a perspectiva que tem pela frente, pode ter otimismo em relação à situação nacional.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Obrigado pelo aparte.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Ilustre Deputado, antes de entrar no que acho importante desta colocação que pretendo fazer, prefiro até dizer do contentamento de ouvir de Vossa Excelência a manifestação contra ao que nós tínhamos há uns anos atrás no Brasil, que eram as organizações internacionais em todos os setores, e especialmente nesse setor de informação, como a ITT, dominando um mercado amplo como o Brasil.

Mas, exatamente por defender idéias de se libertar esse controle de informações e por ter sido o baluarte desta luta, nós temos um brasileiro que, depois de quinze anos, hoje está retornando ao País, porque o Governador Leonel Brizola foi o primeiro no País a desapropriar no Rio Grande do Sul, a Internacional Telegraph and Telephone, a famosa ITT.

Pois bem. Isto prova o quanto ele estava certo.

Mas, digo mais, ilustre Deputado, nós, da Oposição, precisamos deixar clara uma situação: duvido que a maioria esmagadora dos Deputados do nosso Partido que aqui está, e mesmo Deputados Federais e Senadores, que tenham conseguido nos últimos anos, ter o menor acesso a qualquer rádio ou até à televisão, para pregar suas idéias ou ao menos até dizer do que estavam fazendo nas Casas Legislativas do nosso País.

Hoje mesmo, nós vemos Deputados como no extremo Oeste do Paraná, em que cidades com duas, três rádios não se menciona nem um requerimento desse Deputado, que é feito nesta Casa.

E o pior ainda, foi na fase do Governo Jayme Canet Júnior, quanto ao controle que se fazia, e a pressão era extraordinária.

Ilustre Deputado, acho que está se fazendo uma confusão, neste instante, aqui nesta Assembléia. É confundir a necessidade da comunicação social como um dos fatores mais importantes para a atual realidade brasileira. A comunicação social como um fator determinante para conscientização e desenvolvimento deste País e de seu povo. Está se confundindo, portanto, comunicação social com a necessidade do Governo em ter um órgão para informar o que ele pretende; comunicação social, sim, é o que nós brigamos e queremos, altamente democratizada, constando, inclusive, o direito da informação a todo o povo brasileiro, desde o operário mais simples até o maior escalão governamental do País. O direito à informação, à comunicação social, esta é fundamental, e porisso já se considera no mundo inteiro a imprensa como quarto poder.

Mas, a necessidade do Governo em criar uma Secretaria especial, quando na verdade nós sabemos, como ontem foi denunciado em Brasília, de que a SECOM do Governo Federal acabou encomendando do IBOPE, o IBOPE assinou a pesquisa que foi alardeada no Brasil inteiro, colocando o Presidente João Batista Figueiredo como altamente conceituado, e, em primeiro plano, nas manifestações de opinião pública.

E, agora, está aí a denúncia de que o IBOPE simplesmente assinou a pesquisa feita pela SECOM, e então nós começamos a desconfiar efetivamente, de que não há tanta necessidade do Governo fazer isso, porque, como no computador, onde a programação obedece os critérios do informata, talvez a SECOM informaria o que é a versão do Governo seja informada.

Eu desconfio desse tipo de secretaria, efetivamente, porque estão aí no passado os casos das DIPs que desgraçadamente envergonham esse setor tão importante para a realidade brasileira.

Desconfio dos governantes, mas não desconfio da imprensa, não desconfio do jornalista, mas da manipulação que pode haver.

E termino este aparte dizendo, nobre Deputado, que a realidade do Paraná é angustiante. O Governo do Estado vai ao estrangeiro buscar dólares para, inclusive, parte desse dinheiro ser aplicado no pagamento do funcionalismo público.

Vejam a situação difícil de empreiteiras na ante-sala da falência; tantos problemas gravíssimos como os que vamos enfrentar daqui a alguns dias, como o problema do professor, alegando-se a falta de condições financeiras do Estado.

No entanto, vem aqui a FIDEPAR, agora, surgindo. No entanto, surge a idéia de Vossa Excelência que, me parece, deve estar já com alguma cobertura a nível governamental, que poderá até de repente vir mais um anteprojeto para esta Casa, criando a Secretaria de Comunicação.

Será que são estas as prioridades do Estado do Paraná, com populações marginalizadas, que encontramos dia a dia em todos os recantos do Estado? E, por essa razão, desde já quero manifestar-me contrariamente à criação disso. Quero uma

imprensa vigilante. Gostaria da comunicação social altamente democratizada.

Pretendo ver o jornalista altamente valorizado, porque ele, muitas vezes, é mais importante até que o político, pela força da fiscalização e pela independência que possui em todos os setores. No entanto, não vejo a necessidade do Paraná, na atual quadra que vive o País, na atual situação que vive o Estado, e, principalmente, pela liberdade de imprensa, pela liberdade da comunicação social altamente democratizada, não há, hoje, necessidade de uma prioridade nesse sentido.

Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte que Vossa Excelência oferece a este pronunciamento, e, da mesma forma como disse ao Deputado Nilso Squarezzi, entendo o posicionamento de Vossa Excelência como puramente político.

Gostaria de, ainda, para reforçar a tese da necessidade da criação de uma Secretaria de Estado de Comunicação Social, de que aqui mesmo, neste Parlamento, todos os dias observamos que a nossa bancada de imprensa é freqüentada muito assiduamente pelos Srs. Deputados.

Por que? Porque há necessidade da comunicação. De que adianta o Parlamentar vir à tribuna, apresentar projetos de lei, apresentar requerimentos, se esta sua idéia não repercutir? Há necessidade. Mas, será que essa necessidade do Deputado ser divulgado é meramente promocional?

Será que essa necessidade é inspirada na vaidade do Deputado de ver o seu nome nas páginas dos jornais, na televisão e nas emissoras de rádio?

Será que é vaidade do Deputado, ou necessidade, dele se comunicar com a opinião pública?

É uma extrema necessidade. E esta necessidade, que nós, Parlamentares, temos, também tem o Poder Executivo. Se excessos houver, que os excessos sejam denunciados, que os excessos sejam censurados. Agora, partimos do princípio que o sistema de comunicação social vai servir a objetivos menos construtivos é partir de uma premissa absolutamente errada. É o mesmo que se entender toda a humanidade perdida diante da análise que se possa fazer de alguns perdidos.

Ora, Srs. Deputados, aqui está esta Casa, com o Departamento de Divulgação, com o seu quadro próprio de funcionários. Será que vamos invalidar o trabalho desse Departamento?

Qual é a razão que encontraríamos para desmerecer o trabalho desse Departamento?

Por que a primeira preocupação dos Srs. Parlamentares de procurar a divulgação dos seus pronunciamentos? Porque, cada pronunciamento divulgado está a ensinar a participação do povo no trabalho do próprio Deputado. É através dos meios de comunicação que essas idéias são disseminadas em todo o Estado.

Então, não vejo como, em bases racionais, se pretender destruir a idéia da criação da Secretaria de Comunicação Social.

Não vejo nenhum argumento que seja lógico.

Respeito, sim, o posicionamento político.

Mas, não se alterou a minha convicção pelos argumentos levantados pelos Srs. Deputados da Oposição, a minha convicção de que é necessária a criação da Secretaria de Estado de Comunicação Social.

Não ouvi um só argumento que pudesse trazer alguma dúvida a fim de que pudesse reformular meu pensamento.

Quanto às posições políticas, são perfeitamente normais, são naturais. E depois, Senhor Presidente, o Governo tem a obrigação de prestar contas daquilo que fez. E o Governo só pode fazer esta prestação de contas através dos meios de informação. Se não, não há possibilidade. Eu me recordo, inclusive, quando o Deputado Waldyr Pugliesi questionava a importância de um programa de televisão feito pelo Gover-

nador Ney Braga, e concluí as minhas palavras dizendo que o grande resultado daquele programa de televisão era a conclusão coletiva feita pelo Governador a todo o povo paranaense, através de um sistema de comunicação social.

O Sr. Waldyr Pugliesi — V. Exª permite-me um aparte? **O SR. AIRTON CORDEIRO** — Concederei o aparte a V. Exª Excelência.

Diria mais, que uma Secretaria de Comunicação Social é o instrumento administrativo necessário para amparar a própria informação, porque a informação não cai do céu, a informação não pode ser oferecida por leigos, por gente que não tem a afinidade com a atividade profissional.

Seria o mesmo que nós pretendêssemos que um jornalista fosse, se não advogado também, o assessor jurídico de uma empresa ou fosse o diretor técnico de uma obra da SANEPAR, da COPEL, da TELEPAR. É a especialização, Senhores Deputados.

Por essas razões, é que realmente há necessidade da criação desta Secretaria de Estado.

Concedo o aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Nobre Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência falou alguma coisa a respeito daquele programa que foi feito pelo Governador do Estado, e nós até hoje não temos a resposta de quanto custou aquele programa aos cofres públicos. Esse é um assunto paralelo, mas aproveito, para uma vez mais deixar aqui a minha estranheza em relação a esse fato, porque foi um requerimento de informação aprovado pelas duas bancadas e até hoje estamos aqui sem respostas. Agora, gostaria de dizer a Vossa Excelência, também o seguinte: que se nós vivêssemos num regime democrático, nada deveríamos ter de temer pela criação dessa Secretaria de Comunicação Social. Vemos que na França, por exemplo, a televisão é estatal. É estatal, mas a Oposição na França, não tem o seu direito negado de ir a essa televisão estatal e fazer a pregação dos ideais dos partidos de oposição e assim acontecem esses fatos, num grande número de países.

Eu gostaria de deixar bem claro, também aqui, que esse desenvolvimento ou modernização que os órgãos de comunicação tiveram aqui no Brasil, é acompanhando aquilo que aconteceu no mundo.

O sistema de comunicação do México, da Argentina, do Uruguai, nada fica a temer a esse sistema de comunicação que temos aqui no Brasil.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Se permite-me, Deputado Pugliesi, em muitos outros setores, vários países do mundo já se desenvolveram e o Brasil ainda não atingiu esse desenvolvimento.

A colocação que fiz, Deputado Pugliesi, é que não se pode deixar de reconhecer, de que o Governo brasileiro foi a alavanca que levou a comunicação social como meio intermediário para o aperfeiçoamento da própria comunicação, através das empresas privadas. Foi o Governo Federal, quem determinou a deflagração deste processo integrando este Brasil.

Esta é a colocação que faço. Absolutamente, não quero dizer com isso, que seja esta uma conquista só do Brasil, até porque seria ignorar a grande realidade mundial.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência diz mais ainda, que citando alguém de determinado canal de televisão, que marginal da vida é aquele que é mal informado. Então, a partir daí, chego à conclusão de que aqui no Brasil, nós temos milhões de marginais, porque, recentemente ainda, com a deflagração de movimentos grevistas em várias partes do País, em determinados horários, eu procurava determinado canal de televisão, para saber aquilo que estava acontecendo no País. Mas como este canal de televisão é oficioso, é semi-oficial, ele negava a todo o Brasil aquilo que estava acontecendo aqui no País.

E vem daí, o nosso receio da implantação de mais um órgão de divulgação que ficará à disposição de gente que tem

comungado, que tem sido íntimo desta ditadura, que tem ao longo destes anos se prestado para que o arbítrio colocasse a toda a Nação brasileira a sua versão, escondendo, permitam-me, veja bem a que ponto chegamos neste País.

Na minha cidade existem duas emissoras de rádio. Um dia, uma delas veio até este Deputado para pedir uma declaração a respeito de determinados assuntos. E por eu ter dito, olhe bem, essa desastrosa administração municipal, essa frase iniciada dessa maneira, simplesmente censuraram e não levaram ao ar porque eu dizia que a administração de Arapongas era uma administração desastrosa.

Então, os meios de comunicação lá, como em muitos lugares deste País, estão simplesmente a serviço dos mandatários, daqueles que querem que só a versão deles possa chegar à população.

E o desenvolvimento, voltando ao desenvolvimento dos meios de comunicação eles também se desenvolveram pelo seguinte: a TELEPAR, outro dia, cobrou Cr\$ 500,00 ou Cr\$ 600,00 de um simples telefonema ao interior, de dez, quinze, vinte minutos. É um absurdo, é um quarto do salário-mínimo que estão cobrando. Então, esta telefonista está à disposição de quem? Do povo brasileiro?

Então, temos que deixar aqui claro, nosso receio em relação à criação desse Departamento, dessa Secretaria de Comunicação Social. Porque nós temos fundadas dúvidas a respeito. E reconheço aqui, as intenções mais altas que Vossa Excelência tem no caso, mas nós temos que ficar com as nossas dúvidas. Nós não sabemos qual será realmente a função dessa Secretaria. Não seria mais um órgão a dizer oficialmente tudo aquilo que os que estão no Poder pretendem fazer chegar ao povo, fazendo com que toda a imprensa seja, vamos dizer assim, acionada através de notícias adrede, preparadas, para que muitas vezes não possamos levar então, aquilo que nós temos o direito.

O problema aqui no Brasil é o seguinte: deveríamos ter liberdade de imprensa mesmo, ampla, total e irrestrita. Aí sim, acredito que os problemas não seriam esses que nós estamos discutindo aqui.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Pugliesi, como Vossa Excelência fala em notícia preparada por antecipação, Vossa Excelência inclusive comete uma injustiça para com o Governo do Estado do Paraná. Este sistema foi abolido. Pergunto a Vossa Excelência e volto a reiterar a pergunta que já fiz nesse pronunciamento: o Governo abolindo, qual é a sua manifesta intenção?

É permitir que o jornalista, que o repórter, o profissional vá ao encontro da fonte de informação. E qual é o papel de uma Secretaria de Comunicação Social? É facilitar o trabalho deste profissional para captar a sua notícia. Para dar à notícia, o tratamento que melhor lhe convier, sob a ótica que melhor lhe convier, dentro de princípios básicos porque a informação é uma; a verdade, também.

Não vejo porque, Deputado Pugliesi, esta preocupação de Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Obrigado. Deputado Airton Cordeiro, penso que diante de tantas preocupações que já a sociedade brasileira vive e uma das mais controversas é a relativa ao problema do sistema institucional brasileiro, ou melhor, a institucionalização do regime democrático. Este é o ponto primordial e, a partir dele, a definição de programas,

modelos econômicos e, ao lado deles, os problemas de efeitos sociais, políticos, e uma diretriz evidentemente organizada para um sistema de governo ideal para o Brasil, que é o sistema democrático.

Acontece que, com a criação, neste mesmo raciocínio, de uma Secretaria de Comunicação Social, canaliza mais uma vez, além da Lei Falcão, para os objetivos e para a ótica do Governo, todo um arsenal de recursos do erário público, para satisfazer as necessidades do Governo de manter-se. Ele se auto-dimensiona numa sistemática destas.

O Governo já usa o Estado, o dinheiro do Estado, que é público, e uma gama de recursos todos, para promover-se e para perpetuar-se no poder. Este é um ponto de vista que eu declaro. E as Oposições, ficam marginalizadas, à distância, em que estes meios de comunicação servem, inclusive, para formar juízo no povo para indispor as Oposições que não têm outro objetivo, se não de construir um pensamento na opinião pública nacional, um pensamento de cultura. E é dos regimes de liberdade que haja direito recíproco, tanto de quem governa como de quem é governado, de ir aos meios de comunicação para colocar as suas teses. E isto não vem acontecendo. Acodenos o receio, muito justo, de que sistemas implantados como este, que está acontecendo a nível de Governo Federal, ocorra agora também. E há, inclusive, denúncias de jornalistas de que a censura está alcançando o rádio e a televisão, e até por uma pressão subjetiva, estes meios de comunicação se auto-censuram, quanto mais se for dirigido pelo Governo. Porque o grande problema da censura até não é a censura institucional, mas a censura econômica; porque a partir da canalização de dinheiros públicos, de recursos públicos para uma secretaria desta natureza, evidentemente que se criará uma canalização de todas as notícias, o filtro das notícias para as conveniências de quem está governando. E isto é eminentemente radical, eminentemente anti-democrático. E não podemos falar em Democracia, se há uma limitação de acesso aos meios de comunicação e de exposição das idéias, de objetivos, de toda aquela gama de possibilidades que a inteligência cria nas pessoas.

O que é pior, limita, canaliza, toda a opinião pública e, principalmente, os que estão em idade escolar. Canalizam, limitam, para um único objetivo, que é o oficialismo. Este é o meu ponto de vista.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concluirei, respondendo ao Deputado Tolentino, que lamento que o nobre Deputado e outros Parlamentares, ignorem que a comunicação social no Brasil é controlada por empresas privadas. Tanto no âmbito do rádio, quanto do jornal, ou da televisão. Duvidam Vossas Excelências da independência destas empresas — se elas são propriedade particular?

Para concluir, Sr. Presidente, quero aqui, finalmente, dizer que esta Secretaria de Comunicação Social apenas tem por objetivo hierarquizar, no âmbito da administração pública estadual, o nosso sistema de comunicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. (Procede averificação de votação)

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

3 Srs. Deputados aprovam; 15 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à hora regi-

mental, com a seguinte ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/77.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 130/77, 35/79, 81/79 e 89/79; e dos Projetos de Resolução n.ºs 72/79, 73/79 e 74/79.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 93/79, 99/79 e 90/79.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 31, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 66/79, 69/79, 71/79 e 76/79; e dos Projetos de Resolução n.ºs 23, 38, 59, 63 e 67/79.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado José Tavares, na sessão do dia 29 de agosto de 1979.

"Entidades policiais do Paraná estão reivindicando uma melhoria salarial.

Em longo memorial encaminhado às autoridades governamentais, através da Diretoria da Polícia Civil, quatro entidades representativas da polícia civil estadual, estão reivindicando melhoria salarial, através da reimplantação do Terço de Risco de Vida.

O documento é assinado pela Associação dos Delegados de Polícia de Carreira, Associação de Criminalística do Estado, Associação dos Escrivães de Polícia e União da Polícia Civil.

Em oito laudas, em que o custo de vida é analisado, ao lado da situação em que vive o policial paranaense, "quase sempre relegado a segundo plano", as associações classistas terminam por "apelar à clarividência e ao alto senso de equilíbrio e justiça" do Secretário de Segurança Pública, Haroldo Ferreira Dias, e do Governador Ney Braga, "para que com "animus" de decisão solucionem a questão que se arrasta engodamente há muito tempo".

O DOCUMENTO

O documento reivindicatório, na íntegra, é o seguinte:

"A Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, a Associação de Criminalística do Estado do Paraná, a Associação dos Escrivães de Polícia do Paraná e a União da Polícia Civil do Paraná, entidades que congregam todos os policiais civis paranaenses, agrupados, respectivamente, em junção das categorias dos cargos, extremamente preocupadas com a expansão do CUSTO DE VIDA, angustiados seus representantes pela voracidade do processo inflacionário que está de há muito corroendo as pilastras da tranqüilidade de seus integrantes, com reflexos simultaneamente no recesso familiar, no desassossegado desempenho funcional e, em última análise, na performance e conseqüências da atividade que desenvolvem profissionalmente, não podem deixar de vir a presença de Vossa Senhoria, Diretor da Polícia Civil, e sobre cujos ombros recai a legal e indiscutível Chefia e deve, também, reter pelas qualidades que se faça notar da personalidade a liderança sobre os milhares de servidores espalhados em todos os recantos da terra paranaense, para expor e solicitar as demarches a nível secretarial e eventualmente a de governador para abreviar a solução da "questão salarial" que vem se arrastando sem os vislumbres de soluções ao mesmo passo que a remuneração mensal esfale-se, pulveriza-se mormente agora, nos próximos dias quando são aguardados substanciais aumentos generalizados o que vem tornar verdadeiramente desesperadora a posição dos policiais e seus familiares.

Esta mensagem postulativa alicerça-se nas diretrizes do atual governo, administração NEY BRAGA que enfatiza, de uma

louvável constância que "seu governo visa corrigir as desigualdades", "visa o bem-estar do homem paranaense", "concentra-se em destinar o governo ao enfoque do homem, sua renda, seu bem-estar na comunidade".

A abertura política, convictamente ensejada pelo Governo FIGUEIREDO está abrindo perspectivas para que o HUMANISMO predomine nas ações governamentais, recompondo os desajustes existentes, reexaminando as desigualdades perpetradas, solucionando os desequilíbrios aberrantes e, sobretudo, inspirando a certeza de que a Justiça Social não é um mero princípio axiomático mas uma questão de fé e juramento prometidos na oportunidade da assunção do cargo presidencial.

Os Delegados de Polícia do Paraná cuja instituição dá múltiplos exemplos ao Brasil pelas suas inéditas realizações, feitas à sombra da capacitação criativa de seus profissionais, não têm sido reconhecidos pelos últimos governantes; um processo gerador de flagrantes desequilíbrios e iníquas injustiças vem sendo, sistematicamente cometidas, à sombra de inexplicável comportamento de setores governamentais que não conseguem esconder a antipatia e a clara disposição de descerrar os pesados reposteiros do ocaso, do esquecimento, da inconsciência para importância do trabalho policial no momento em que a população se debate na incerteza da segurança, na desconfiança ante a capacitação administrativa de proporcionar um grau mínimo de condições assecuratórias de proteção a que os membros comunitários têm direito e que passam se desincumbir, com paz e calma, dos misteres que proporcionem o processo e o desenvolvimento na busca deste macro objetivo que é o BEM-ESTAR GERAL ou o BEM COMUM.

Nestes últimos anos, os Delegados estão sendo lançados no vazio lúgubre do desfiladeiro social, cada vez mais se observa o distanciamento dos Delegados, portadores de nível superior e inseridos num injusto tratamento de tempo integral e dedicação exclusiva, em relação à outras séries de carreiras que têm tratamento funcional e salarial relativamente muito mais ameno e muito mais elevado em relação aos representantes policiais.

Assim, registra-se que inicialmente percebendo os mesmos valores remuneratórios que PROMOTORES e JUIZES DE DIREITO, cortaram-se-lhes de uma forma violenta e vindicante este equilíbrio e, daí para a frente uma constante sucedânea de tropeços artificialmente criados visando um processo de PROLETARIZAÇÃO das autoridades policiais, estimulador e suscitador do entrechoques de classes, de insatisfações incontidas, geradas por levarem-nos a esta triste posição de insatisfeitos com os desequilíbrios no comportamento classista de outras profissões universitárias, tão a contendo dos que são familiarizados com a famigerada LUTA DE CLASSES.

A Polícia, em verdade, se constitui o primeiro bastião da defesa das instituições; o comportamento dela, reflexo da atuação de seus integrantes retrata, em última análise o quadro governamental; ela é o espelho da capacitação e compreensão dos dirigentes; seu trabalho e eficiência guardam os contornos do amadurecimento e discernimento dos dirigentes ante os fatos sociais que eclodem aqui e ali, multiformes, exigindo um substancial grau de consciência profissional e tranquilidade para o eficaz desempenho de seus aparelhos e unidades.

A nação brasileira acorda assustada ante uma realidade criminal que a história pátria ainda não conseguiu alcançar em níveis e registrar em termos de volume, intensidade e gravidade.

Discute-se a atuação policial, investe-se contra seus membros acoimando-os de praticadores de violências, invectivando-os de conduta anômala quando não irregular à sombra do poder do cargo e a coberto da Senhorial Legislação e Regulamentos; governo federal desperta de longo estado letárgico ante a grita da população nacional para que **OLHEM O APARELHO DE SEGURANÇA**; os Estados estão da mesma forma se conscientizando para esta realidade inescapável; aí estão, para somente

alinhamos alguns, São Paulo, concedendo remuneração compatível, atualizada às autoridades policiais e seus agentes e aderindo em novas sendas que busquem a aproximação POLÍCIA-POVO — POVO-POLÍCIA, binômio que foi levantado pela polícia araucariana conforme se constata de seu novo Regulamento dado a público em abril de 1979; aí está nosso vizinho, SANTA CATARINA, cujas autoridades se asseguraram, com o modelo paranaense de um novo ESTATUTO e com padrões de vencimentos inigualáveis; aí está o RIO GRANDE DO SUL que está tramitando em seu PODER LEGISLATIVO novo regime estatutário com adequação de novos padrões de remuneração; aí está o Estado de GOIÁS que alcançou agora o que o PARANÁ perdeu ou seja, a equiparação de DELEGADOS a PROMOTORES e a JUIZES, criando, exemplarmente para a Nação o indispensável equilíbrio entre os responsáveis pela APLICAÇÃO DA LEI; aí está a BAHIA cujos padrões salariais das autoridades policiais é superior a dos Magistrados e de Promotores gerando uma corrida inversa a que ocorre em nosso Estado ou seja, Juizes e Promotores deixam suas carreiras para se tornarem autoridades policiais; aí está o DISTRITO FEDERAL com a figura LAMAISSON que obteve do governo do Distrito Federal situações que atingiram níveis bem superiores à própria POLÍCIA FEDERAL do Ministério da Justiça; aí está, finalmente, o RIO DE JANEIRO que, através de Chagas Freitas, concedeu estímulos superiores a 100% à sua Polícia Civil, nestes últimos dias".

O Paraná, no tocante a seus policiais civis é a ilha isolada neste amplo contexto de reconhecimento social que vem ocorrendo ante a perfeita conscientização do papel que desempenha na conjuntura contemporânea.

Os policiais civis, de delegados, como autoridades, aos singelos agentes, como agentes da autoridade, silenciosamente vêm aguardando o cumprimento de promessas feitas antes, durante e após o acontecimento eleitoral; solenidades como o dia da polícia de 21 de abril de 1978 e de 21 de abril de 1979, conseguiram plasmar unicamente a esperança não obstante estudos alentados, hoje transformados em leis no Amazonas, na Bahia, em Santa Catarina, que decalcaram do Paraná; enquanto lá estão transformados em normas jurídicas aqui percorrem sinuosos caminhos da massificante burocracia sofrendo os crivos de leigos, as críticas de quem não conhece o mecanismo de aplicação da lei, de setores governamentais que se limitam a dizer da impossibilidade deste ou daquele dispositivo, unicamente trazendo como parâmetros que um agente não é melhor que um datilógrafo? Que um Delegado não precisa de vantagens e, muito pior, insistindo em permear de forma pouco construtiva a estrutura policial, ora intervindo nos critérios ou modalidades de ingresso nas carreiras, ora criando óbices quanto as perspectivas de saneamento de focos de anomalias, através de soluções administrativas para necessários expurgos e tantos outros mini-processos de múltiplas mini-intervenções que desfiguram o quadro policial impedindo-o de se bem compor ante a opinião pública paranaense.

Se tais episódios não bastassem as interpretações administrativas a dispositivos legais, de sobejo reconhecidos pelos tribunais do País, como, exemplificadamente o TERÇO DE RISCO DE VIDA, está gerando um incrível desequilíbrio que os renitentes burocratas insistem em não querer regularizar trazendo o restabelecimento do escalonamento hierárquico e uma maior confiança na capacitação da política de pessoal aplicada ao pessoal policial civil. Peritos recebem mais que delegados, comissários recebem mais que delegados, agentes recebem mais que detetives e escrivães, uns sim, outros não; assim marcha desorganizadamente o quadro policial gerador dos desequilíbrios e das insatisfações pouco recomendáveis à delicadeza de uma época de instabilidade e incerteza quanto a economia nacional e seus inevitáveis reflexos.

Tem sido argumentado, de forma pouco convincente a in-

capacitação do erário público sabendo-se que desta feita todo o processo governamental está voltado ao HOMEM, à sua família e ao seu BEM-ESTAR; outros Estados da Federação em situação econômica séria como RIO GRANDE DO SUL, RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, assumem compromissos nos limites do processo arrecadatário evitando gerar os desagradáveis sabores da insatisfação que pode grassar em uma determinada coletividade pública.

Os policiais paranaenses estão, em verdade, desorientados e preocupados com o resvalamento coletivo que os empurraram sucessivas administrações passadas; preocupam-se com as injustiças com eles praticadas quando, exemplificadamente, em uma corrida final, equiparam os promotores aos juízes, promoveram os servidores fazendários a benefícios compatíveis com a importância da função fazendária arrecadadora; elevaram os salários de engenheiros, arquitetos e outros, dos Advogados do Estado, do Magistério estadual aos policiais o descaso e o opróbrio da incerteza, dos perigos emergentes, das condições de sobrevivência para não se falar dos perigos do exercício do cargo.

A morte tem rondado impiedosa e inclementemente as fileiras policiais, o infortúnio dos acidentes em serviço, das doenças que vêm assolando as carreiras policiais e a miséria ou situação de autêntica penúncia que são conduzidos seus dependentes quando não ele próprio, inválido por um tiro, paralisado ou cego no cumprimento do dever, aleijão para o mundo na defesa dos direitos deste ou daquele cidadão vulnerado — este quadro é aridamente desolador; a resistência de buscar a aposentadoria ante a sombra da destruição progressiva dos proventos ou, como hoje sucede, insatisfatório para que se lancem no descanso merecido, são fatos constantes e anormais que estão trazendo sérios prejuízos à serena estruturação da polícia e de seus componentes.

Não tem sido possível tentar, isoladamente revelar à Administração este quadro desolador; a opinião pública, por seu lado desconhece estas mazelas criadas por um processo distorcido que se arrasta inconseqüentemente de há muito; há que abordá-lo com destemor, com vontade de efetivamente solucioná-lo em termos plenamente compatíveis com a dignidade que é um atributo de qualquer ser humano, mormente quando no desempenho de uma função pública ainda mais notável pela relevância social de sua atuação.

POLÍCIA e POVO esperam, do Governo uma solução simultânea para a grave problemática que assola ambas as instituições; à POLÍCIA que se lhe dê as condições de dignidade e posição compatíveis no contexto social para os seus membros; ao POVO, também, aquelas condições de um exercício tranqüilo e sereno, enérgico e legal dos policiais paranaenses.

As entidades associativas reunidas neste DOCUMENTO apelam, liminarmente a que Vossa Senhoria postule junto aos setores administrativos e em última instância à clarividência do Sr. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, ex-Chefe de Polícia e homem com aguda percepção da problemática da ORDEM PÚBLICA que autoriza, de imediato, o TERÇO DE RISCO DE VIDA, independentemente de NOVOS ESTUDOS tendentes à Regulamentação do benefício, desde que, como vem sendo entendido pacificamente pelo PODER JUDICIÁRIO, de 1.ª, 2.ª e última instância, os "velhos policiais" têm assegurado a percepção atualizada e os novos, em contrapartida, pela previsão no Regulamento do Serviço

Público, poderão obtê-lo por um simples artigo de decreto do Poder Executivo.

O "terço de risco de vida" deveria ser a mortalha que recobriria corpos de policiais civis falecidos no cumprimento do dever; nem esse final tristemente recompensador é deferido mansamente pela administração; à serenidade equilibradora do JUDICIÁRIO ESTADUAL é que vem sendo reservada a missão de fazer JUSTIÇA; de CUMPRIR A LEI; de CORTAR o ABSOLUTISMO burocrático.

Os policiais civis paranaenses, incrédulos ante a apatia quanto ao seu futuro mantêm a esperança de que o EGOÍSMO será sobrepujado; o ÓDIO que lhes dedicam será OBSTRUÍDO; que a tentativa de HUMILHAÇÃO coletiva que procuram lançá-los não encontrará guarida à sombra do espírito cristão de Ney Braga.

Esperam, nada mais do que o reconhecimento do valor policial; da contrapartida do desempenho funcional espinhoso e arriscado; a uma atividade que de características constantes e incessantes, impedem-lhes qualquer outra que possam complementar os subsídios pecuniários, além de lhes tumultuarem completamente o sistema normal de vida familiar pela incerteza de horário e intranqüilidade pelo que lhes possa esperar.

Este passo é, em verdade, decisivo para o futuro da instituição policial mormente agora quando ela está submetida ao fulcro da opinião pública.

Estão, todos os policiais convictos de que Vossa Senhoria demonstrará um interesse pessoal e exclusivo no sentido de alcançar os propósitos deste documento e de todas as categorias policiais; esperam, por outro lado, que as discussões que venham a ocorrer não se processem analogamente às discussões protelatórias do Estatuto quando uma multiplicidade de organismos, uma diversidade de pessoas, burocratas, leigos, curiosos, se inserem em opinar sobre a matéria tão transcendental, tanto no plano institucional, como no plano organizacional e nos planos pessoal e familiar.

Não deve, todavia, esta postulação ser entendida como uma subserviente reivindicação, ter complementarmente alguns cruzes para recomposição do quadro econômico-financeiro familiar, mas sim um grito de angústia e de protesto contra tantas adversidades que são opostas à política e aos policiais civis paranaenses.

Traduzimos, de plano, o nosso respeito e admiração, sobretudo, à inteligência do atual Secretário de Segurança Pública do Paraná e deixamos de uma forma inequivocamente clara o nosso conceito favorável e respeitável admiração que já está conseguindo impor ante toda coletividade policial; nada neste documento deve ser entendido como antagonismo a HAROLD FERREIRA DIAS e, muito menos, a NEY BRAGA.

Apelamos em verdade à clarividência e ao alto senso de equilíbrio e justiça de ambos para que com ANIMUS de decisão solucionem a "questão" que se arrasta engodamente há tanto tempo.

Os policiais paranaenses, em destaque as autoridades policiais não pretendem nada de excepcional e disto têm plena consciência, o que vem assegurar o aspecto moral da postulação, tão necessário para justificar os anseios coletivos e sedimentar a base legítima deste apelo".
